



**Demonstrações Financeiras Individuais
Preparadas de Acordo com Práticas
Contábeis Adotadas no Brasil**

Banco Original S.A.

30 de Junho de 2016

	Pág.
Relatório da Administração	1
Relatório dos Auditores Independentes	3
Demonstrações Financeiras	
Balancos Patrimoniais	5
Demonstrações dos Resultados	7
Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido	8
Demonstrações dos Fluxos de Caixa	9
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras	
Nota 1 . Contexto Operacional	10
Nota 2 . Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras	10
Nota 3 . Principais Práticas Contábeis	10
Nota 4 . Caixa e Equivalentes de caixa	13
Nota 5 . Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	13
Nota 6 . Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	14
Nota 7 . Relações Interfinanceiras	18
Nota 8 . Carteira de Créditos e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa	18
Nota 9 . Outros Créditos	21
Nota 10 . Outros Valores e Bens	23
Nota 11 . Participações em Coligadas e Controladas	23
Nota 12 . Imobilizado de Uso	24
Nota 13 . Intangível	24
Nota 14 . Captações de Recursos e Obrigações por Repasses	25
Nota 15 . Obrigações por empréstimos	26
Nota 16 . Outras Obrigações	26
Nota 17 . Ativos e Passivos Contingentes e Provisões	27
Nota 18 . Patrimônio Líquido	28
Nota 19 . Limites Operacionais	28
Nota 20 . Partes Relacionadas	29
Nota 21 . Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	30
Nota 22 . Despesas de Pessoal	30
Nota 23 . Outras Despesas Administrativas	30
Nota 24 . Despesas Tributárias	30
Nota 25 . Outras Receitas Operacionais	31
Nota 26 . Outras Despesas Operacionais	31
Nota 27 . Resultado não Operacional	31
Nota 28 . Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)	31
Nota 29 . Estrutura de Gerenciamento de Riscos	31
Nota 30 . Outras Informações	32
Relatório do Comitê de Auditoria	33

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Senhores Acionistas, Clientes e Colaboradores:

Apresentamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. (Banco), acompanhadas das respectivas notas explicativas, referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2016, elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, com observância às normas estabelecidas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e Conselho Monetário Nacional (CMN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif). Este relatório, assim como as demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Em 2013 o Banco passou por um importante processo de revisão estratégica de negócio, que resultou na adequação de sua estrutura organizacional, linhas de negócio, governança corporativa, gestão de riscos, processos e sistemas.

Contando com sólida estrutura de capital e baixo índice de alavancagem, o Banco encontra-se bem posicionado para identificar as melhores oportunidades de mercado.

Neste sentido, iniciamos atividades no segmento Corporate no início de 2013, o qual contou com alocação de equipe dedicada e regras de governança exclusivamente a este segmento. Este esforço apresentou resultados positivos em termos do volume da Carteira de Crédito e da qualidade das empresas convertidas em clientes.

Em 2016, continuamos expandindo as atividades neste segmento através da ampliação da oferta de produtos e serviços para consolidar a atuação do Banco Original neste importante nicho do mercado brasileiro.

• Projeto Banco Digital

Pesquisas demonstram que há oportunidade para um banco diferenciado para um público de pessoa física, empresas corporate qualificadas e para o agronegócio profissionalizado, que são carentes de serviços personalizados e qualidade diferenciada de atendimento.

A partir desses princípios, iniciamos investimentos na contratação e treinamento de profissionais, bem como na compra e desenvolvimento de softwares, para a construção de um banco digital completo, que utiliza o que há de mais atual na tecnologia global.

Para tanto, o Banco apresentou em 27/07/2015 referente ao ano base 2014 as informações ao Ministério da Ciência e Tecnologia (MCTI) relacionadas às atividades de pesquisa tecnológica e desenvolvimento de inovação tecnológica de pessoas jurídicas beneficiárias dos incentivos fiscais previstos no capítulo III da Lei n.º 11.196 de 2005 (Lei do Bem).

No dia 29 de janeiro de 2016 o MCTI comunicou ao Banco que as exigências do Capítulo III da Lei do Bem foram atendidas pelo segundo ano consecutivo, o que o habilita a usufruir dos incentivos fiscais da referida Lei. O montante do benefício de imposto de renda e contribuição social gerado pelo Banco nesse semestre foi de R\$21.167.

O lançamento do aplicativo Seja Original, que permite abertura de conta corrente e contratação de produtos de forma 100% digital, rendeu ao Banco, o prêmio efinance 2016 de Inovação de Modelo de Negócio, o que evidencia o foco no desenvolvimento do mais inovador modelo de negócio da indústria financeira para atender seu público alvo e permitir o atendimento 100% digital, tornando a relação simples e confiável com o Banco.

• Desempenho nos Negócios

1. Resultados

Em 30 de junho de 2016, o Banco Original apresentou prejuízo no semestre de R\$ 2.330, contra um lucro de R\$ 56.079 apresentado no primeiro semestre de 2015.

A queda do resultado é decorrente do aumento dos custos pelo lançamento do Banco Digital.

2. Ativos

O total de ativos atingiu R\$ 7.297.787 (30/06/2015 - R\$ 5.554.536), e é representado principalmente por:

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Aplicações Interfinanceiras	944.075	541.518
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	950.146	1.347.685
Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito	4.225.436	3.020.652

Em conformidade com a Resolução CMN nº 2.682/99, a carteira de crédito e carteira com característica de operação de crédito, ao término do semestre, atingiram R\$ 4.225.436; o saldo da provisão para créditos e outros créditos de liquidação duvidosa é de R\$93.593, correspondente 2,21% da carteira total; em junho de 2015, correspondiam a R\$ 3.020.652 e R\$ 90.150, respectivamente.

O crescimento de 40% da carteira de operações de crédito decorre da expansão dos segmentos corporate e agronegócio e da aplicação da política de maior seletividade nas concessões de crédito, incorporando ao nosso portfólio um mix de clientes e produtos de menor risco como demonstrados pelos indicadores a seguir:

- 68% da carteira de Crédito está concentrada nos Ratings A a B;
- 95% da Carteira Crédito Total está em Curso Normal

Ainda com relação ao desempenho do novo direcionamento de negócio, apesar do expressivo crescimento da carteira de crédito, nossa despesa com provisão de crédito teve redução de 45%, em função da melhora da qualidade do portfólio, evidenciado no índice de carteira vencida a mais de 90 dias que reduziu de 2,4% para 1,1%. Mesmo com a queda no montante de despesa da provisão de crédito nosso índice de cobertura, apurado pela relação entre o saldo de provisão e os créditos vencidos acima de 90 dias aumentou de 150% para 211%

- Diminuição na despesa de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa de R\$ 56.016 em 30/06/15 para R\$ 35.505 em 30/06/2016;
- Um índice de Cobertura de 211%, ou seja, os saldos de provisões de crédito cobrem duas vezes a Carteira com atraso superior a 90 dias;

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

3. Patrimônio Líquido

O Patrimônio Líquido resultante ao final do semestre foi de R\$ 2.071.266 (30/06/2015 - R\$ 2.033.507), composto da seguinte maneira:

Descrição	30/06/2016	30/06/2015
Capital Social	2.130.001	2.103.451
Ajustes de Avaliação Patrimonial	(1.140)	(8.150)
Prejuízos Acumulados	(57.595)	(61.794)

• Expansão dos Negócios

Em agosto de 2015 O Banco Central do Brasil (Bacen) autorizou a participação do Banco Original S.A. no capital social da Miralta Serviços S.A, empresa de arranjo de pagamentos que controla a carteira virtual de smartphone PicPay.

Em 25 de novembro de 2015 a autoridade monetária da Ilha de Cayman autorizou a abertura da agência no exterior do Banco Original S.A .

Em 22 de dezembro de 2015 a Original Promotora Ltda teve sua denominação social alterada para Original App Ltda e passou a prestar serviços relacionados a créditos concedidos por terceiros, serviços de teleatendimento e serviços de contatos telefônicos relacionados aos serviços ofertados e desenvolvimento de programas de computador relacionados a produtos e serviços oferecidos por terceiros no mercado virtual.

Em 04 de janeiro de 2016 a Comissão de Valores Mobiliários autorizou o Banco Original S.A a prestar os serviços de custódia de valores mobiliários.

Todas aprovações acima proporcionam a ampliação da oferta de produtos e serviços para consolidar a atuação do Banco.

Em 29 de abril de 2016 a Miralta Serviços S.A. teve sua denominação social alterada para Picpay Serviços S.A.

• Agência de Rating

As agências internacionais de rating atribuem notas qualificando a situação financeira do Banco, a tabela abaixo demonstra os ratings atribuídos:

Agência	Curto prazo		Longo prazo	
	Escala Nacional		Escala Global	
Fitch Ratings ⁽¹⁾	F2 (bra)	BBB+ (bra)	B	B+
Moody's ⁽²⁾	BR - 2	Baa1.br	NP	B1
Standard & Poor's ⁽³⁾	brA-3	brBBB	-	-

(1) Agosto 2016

(2) Julho 2016

(3) Abril 2016

• Governança Corporativa

1. Gerenciamento de Riscos e Controles

Em cumprimento às disposições legais impostas pelo BACEN relativas ao gerenciamento e controle de riscos, o Banco possui uma estrutura dimensionada de acordo com a natureza e o grau de complexidade dos negócios e/ou atividades da instituição. Assim, o Banco conta com políticas, processos e procedimentos voltados para a administração e gestão de riscos, utilizando-se de instrumentos para medir, monitorar, avaliar e administrar os riscos assumidos na realização de suas atividades.

Estes processos incluem a gestão da exposição aos riscos de: mercado, crédito, liquidez, operacional, legal, "compliance" e regulatório.

O Banco revisa constantemente seus processos de gestão de riscos visando as melhores práticas de mercado e a total aderência à legislação em vigor.

2. Comitê de auditoria

A partir do 3º trimestre de 2014 o Comitê de Auditoria passou a ser composto por membros altamente qualificados e independentes, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.329/2014, completando a estrutura de controle com um desenho que representa o mais alto padrão em Governança Corporativa.

• Ouvidoria

A estrutura de Ouvidoria do Banco atende plenamente aos requisitos definidos pela legislação vigente, disponibilizando aos seus clientes canal de acesso dedicado com divulgação através de ampla rede de pontos e materiais de comunicação. A Instituição mantém sua Ouvidoria como um instrumento de suma importância no relacionamento com seus clientes e compromete-se em auxiliá-la no cumprimento de sua missão.

No primeiro semestre de 2016, foram abertas 25 demandas (30/06/2015 - 34), sendo 10, relativas a Consignados, 14 referente a Pessoa Física e 1 referente a Pessoa Jurídica; as demandas foram informadas à Alta Administração do Banco e, também constam no relatório de Ouvidoria, exigido pela Resolução CMN nº 3.849/2010.

• Pessoas

O Banco acredita que seus colaboradores são imprescindíveis para o sucesso e crescimento da instituição e, desse modo, respeita as diferenças individuais e culturais e estimula o ambiente onde todos possam contribuir com suas experiências.

Assim investe de forma contínua e estratégica na formação de seus colaboradores, através de programas como Educação Corporativa e Parcerias, com um modelo que estimula o desenvolvimento e fortalece os valores e cultura organizacional.

• Relacionamento com os Auditores

De acordo com a Resolução CMN nº 3.198/2004, informamos que durante o semestre os Auditores Independentes prestaram exclusivamente os serviços de auditoria externa para os quais foram contratados, não realizando quaisquer outros serviços que eventualmente pudessem criar conflito de interesses, perda de independência ou objetividade em relação aos trabalhos de auditoria.

Nesta oportunidade agradecemos aos nossos clientes e parceiros pela confiança depositada e aos nossos funcionários e colaboradores pelo comprometimento na obtenção dos resultados apresentados.

São Paulo, 25 de Agosto de 2016.

Diretoria

Contador

Maximiliano da Silva de Jesus - CRC - 1SP194.580/O-6

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Original S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Original S.A. ("Banco"), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Original S.A. em 30 de junho de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 26 de agosto de 2016

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Alberto Spilborghs Neto
Contador CRC 1SP167455/O-0

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2016	30/06/2015
Ativo Circulante		5.004.034	4.190.156
Disponibilidades	4	19.437	21.454
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	938.868	536.954
Aplicações no Mercado Aberto		938.868	534.942
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		-	2.012
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativo	6	606.607	1.231.907
Carteira Própria	6.a	474.717	663.174
Vinculados a Compromissos de Recompra	6.a	-	247.965
Vinculados à Prestação de Garantias	6.a	53.296	178.382
Instrumentos Financeiros Derivativos		78.594	142.386
Relações Interfinanceiras	7	1.128	974
Pagamento e Recebimentos a Liquidar		253	22
Créditos Vinculados:		803	661
Depósitos no Banco Central		803	661
Correspondentes		72	291
Relações Interdependências	14.d	6.456	1.210
Transferências Internas de Recursos		6.456	1.210
Operações de Crédito	8	1.615.780	1.752.850
Setor Privado		1.660.252	1.808.618
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(44.472)	(55.768)
Outros Créditos		1.746.912	634.844
Carteira de Câmbio	9.a	95.202	91.041
Rendas a Receber		645	749
Negociação e Intermediação de Valores		10.854	6.143
Créditos Tributários	9.b.1	22.000	50.712
Direitos creditórios	9.e	1.578.274	462.347
Diversos	9.d	55.700	28.267
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e.1	(15.763)	(4.415)
Outros Valores e Bens	10	68.846	9.963
Despesas Antecipadas		68.846	9.963
Ativo Realizável a Longo Prazo		1.522.355	930.883
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	5	5.207	4.564
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros		5.207	4.564
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativo	6	343.539	115.778
Carteira Própria	6.a	140.983	115.778
Vinculados a Compromissos de Recompra	6.a	50.112	-
Vinculados à Prestação de Garantias	6.a	151.362	-
Instrumentos Financeiros Derivativos		1.082	-
Operações de Crédito	8	686.816	629.327
Setor Privado		720.143	659.294
(Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa)	8.e	(33.327)	(29.967)
Outros Créditos	9.b.1	420.074	125.747
Direitos creditórios		180.873	-
Créditos Tributários		233.032	125.747
Diversos	9.d	6.200	-
(Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa)		(31)	-
Outros Valores e Bens	10	66.719	55.467
Outros Valores e Bens		72.602	74.366
(Provisão para Desvalorização)		(5.883)	(18.899)
Permanente		771.398	433.497
Investimentos	11	73.242	53.949
Participações em Coligadas e Controladas:		72.794	53.484
No País		72.794	53.484
Outros Investimentos		448	465
Imobilizado de Uso	12	649.858	82.367
Imóveis de Uso		-	6.686
Outras Imobilizações de Uso		673.029	87.353
(Depreciações Acumuladas)		(23.171)	(11.672)
Ativos Intangíveis	13	48.298	297.181
Ativos Intangíveis		48.298	297.181
Total do Ativo		7.297.787	5.554.536

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2016	30/06/2015
Passivo Circulante		3.439.003	2.856.521
Depósitos	14.a	869.142	770.656
Depósitos à Vista		52.874	33.000
Depósitos Interfinanceiros		2.035	110.106
Depósitos a Prazo		814.233	627.550
Captações no Mercado Aberto	14.b	93.683	246.341
Carteira Própria		50.001	246.341
Carteira de Terceiros		43.682	-
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.c	1.768.255	1.001.353
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		1.765.417	1.001.353
Certificados de Operações Estruturadas		2.838	-
Relações Interfinanceiras	7	834	607
Recebimentos e Pagamentos a Liquidar		834	607
Relações Interdependências		13.025	1.711
Recursos em Trânsito de Terceiros		6.505	737
Transferências Internas de Recursos	14.d	6.520	974
Obrigações por empréstimos	15	350.524	600.519
Empréstimos no Exterior		350.524	600.519
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	14.e	35.720	32.615
Outras Instituições		35.720	32.615
Instrumentos Financeiros Derivativos		120.057	10.500
Instrumentos Financeiros Derivativos		120.057	10.500
Outras Obrigações	16	187.763	192.219
Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados		274	356
Carteira de Câmbio	9.a	27.235	524
Fiscais e Previdenciárias	16.a	15.735	61.252
Negociação e Intermediação de Valores		10.214	10.630
Diversas	16.b	134.305	119.457
Passivo Exigível a Longo Prazo		1.784.373	661.068
Depósitos	14.a	1.191.348	204.157
Depósitos a Prazo		1.191.348	204.157
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	14.c	546.409	401.041
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		546.218	401.041
Certificados de Operações Estruturadas		191	-
Obrigações por Repasses do País - Instituições Oficiais	14.e	2.624	2.238
Outras Instituições		2.624	2.238
Instrumentos Financeiros Derivativos		19	-
Instrumentos Financeiros Derivativos		19	-
Outras Obrigações	16	43.973	53.632
Diversas	16.b	43.973	53.632
Resultados de Exercícios Futuros		3.145	3.440
Rendas Antecipadas		3.145	3.440
Patrimônio Líquido	18	2.071.266	2.033.507
Capital Social:		2.130.001	2.103.451
De Domiciliados no País	18.a	2.130.001	2.103.451
Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.b	(1.140)	(8.150)
Prejuízos Acumulados		(57.595)	(61.794)
Total do Passivo		7.297.787	5.554.536

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO ORIGINAL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Receitas da Intermediação Financeira		441.078	446.738
Operações de Crédito	8.g	275.822	308.991
Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários	6.a.3	83.326	118.874
Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos	6.b.3	87.665	7.606
Resultado de Operações com Câmbio	9.a.1	(5.735)	11.267
Despesas da Intermediação Financeira		(288.661)	(261.073)
Operações de Captação no Mercado	14.a.1	(274.697)	(120.121)
Operações de Empréstimos e Repasses	14.f	21.541	(84.936)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	(35.505)	(56.016)
Resultado Bruto da Intermediação Financeira		152.417	185.665
Outras Receitas (Despesas) Operacionais		(169.308)	(89.265)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	21	10.937	18.239
Despesas de Pessoal	22	(88.177)	(49.109)
Outras Despesas Administrativas	23	(111.639)	(41.419)
Despesas Tributárias	24	(10.542)	(13.833)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	250	1.130
Outras Receitas Operacionais	25	40.363	3.242
Outras Despesas Operacionais	26	(10.500)	(7.515)
Resultado Operacional		(16.891)	96.400
Resultado não Operacional	27	(565)	97
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Participações		(17.456)	96.497
Imposto de Renda e Contribuição Social	28	34.998	(15.971)
Provisão para Imposto de Renda		-	(9.916)
Provisão para Contribuição Social		-	(6.131)
Ativo Fiscal Diferido		34.998	76
Participações no Lucro		(19.872)	(24.447)
Lucro Líquido/ (Prejuízo) do Semestre		(2.330)	56.079
Lucro Líquido por Ação - em (537.826.073) Ações	-	0,0043	0,1043

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

BANCO ORIGINAL S.A.
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO



Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	Capital Social	Aumento de Capital	Ajustes de Avaliação Patrimonial	Lucros/(Prejuízos Acumulados)	Total
Saldos em 31 de Dezembro de 2014		2.080.301	23.150	(8.193)	(117.873)	1.977.385
Homologação do Bacen s/aumento de Capital Social		23.150	(23.150)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial		-	-	43	-	43
Lucro Líquido do Semestre		-	-	-	56.079	56.079
Saldos em 30 de Junho de 2015		2.103.451	-	(8.150)	(61.794)	2.033.507
Mutações do Semestre		23.150	(23.150)	43	56.079	56.122
Saldos em 31 de Dezembro de 2015		2.103.451	26.550	(10.976)	(55.265)	2.063.760
Homologação do Bacen s/ Aumento de Capital Social	18.a	26.550	(26.550)	-	-	-
Ajustes de Avaliação Patrimonial	18.b	-	-	9.836	-	9.836
Prejuízo Líquido no semestre		-	-	-	(2.330)	(2.330)
Saldos em 30 de Junho de 2016		2.130.001	-	(1.140)	(57.595)	2.071.266
Mutações do Semestre		26.550	(26.550)	9.836	(2.330)	7.506

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Nota	30/06/2016	30/06/2015
Atividades Operacionais			
Lucro Líquido do Semestre		(2.330)	56.079
Ajustes ao Lucro Líquido do Semestre:		(70.220)	24.197
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	8.e	35.505	56.016
Carteira de crédito		30.332	55.883
Outros Créditos		5.173	139
Cessão de créditos		-	(6)
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	11	(250)	(1.130)
Depreciações e Amortizações	23	10.485	885
Ajuste a Valor de Mercado		(94.191)	(66.388)
Tributos Diferidos		(34.998)	(76)
Provisão para Processos Judiciais, Administrativos e Outros	26	(6.643)	6.935
Provisão de Participações no Lucro		19.872	24.447
Provisão para Desvalorização BNDU		-	3.508
Lucro Líquido/(Prejuízo) do Semestre		(72.550)	80.276
Variações em Ativos e Passivos			
Redução (Aumento) em Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		(328)	(255)
Redução (Aumento) em Títulos e Valores Mobiliários e Derivativos		18.383	(46.167)
Varição Líquida em Outras Relações Interfinanceiras e Interdependências		6.589	(116)
Redução (Aumento) em Operações de Crédito		392.689	(447.826)
Redução (Aumento) em Outros Créditos		(486.356)	(124.668)
Redução (Aumento) em Outros Valores e Bens		(55.054)	(1.354)
Aumento (Redução) em Depósitos		658.177	415.507
Aumento (Redução) em Captações no Mercado Aberto		50.001	134.577
Aumento (Redução) em Recursos de Aceites e Emissão de Títulos		153.249	563.787
Aumento (Redução) em Obrigações por Empréstimos e Repasses		(129.710)	9.441
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		(45.073)	(10.851)
Aumento (Redução) em Resultados de Exercícios Futuros		-	1.074
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades Operacionais		490.018	573.425
Aumento de Investimentos		(7.548)	(51.620)
Aquisição de Imobilizado de Uso		(26.309)	(40.164)
Aplicações no Intangível		(123.034)	(149.733)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Investimento		(156.891)	(241.517)
Juros sobre o Capital Próprio		-	(10.000)
Caixa Líquido Originado (Aplicado) em Atividades de Financiamento		-	(10.000)
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		333.127	321.908
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Semestre		625.179	234.488
Caixa e Equivalentes de Caixa no Final do Semestre	4	958.305	556.396
Aumento (Redução) Líquido do Caixa e Equivalentes de Caixa		333.127	321.908

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

1. Contexto Operacional

O Banco Original S.A. (Banco) é uma instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) a operar sob a forma de banco múltiplo, através de carteira comercial, de financiamento, de investimento e de crédito imobiliário, constituído na forma de sociedade anônima, sediado na Rua General Furtado do Nascimento, 66 - Alto de Pinheiros - São Paulo - SP.

2. Apresentação e Elaboração das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas em consonância com as diretrizes contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações, Lei nº 6.404/1976, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN), do BACEN, apresentadas em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (Cosif).

Na elaboração das demonstrações financeiras foram utilizadas premissas e estimativas para determinação e contabilização dos valores ativos e passivos. Dessa forma, quando da efetiva liquidação financeira desses ativos e passivos, os resultados auferidos poderão vir a ser diferentes dos estimados. Entretanto, a Administração revisa periodicamente essas premissas e estimativas e é de opinião que não deverão existir diferenças significativas.

Estas demonstrações financeiras e suas notas explicativas estão apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras do semestre findo em 30 de junho 2016 foram aprovadas pela Administração na reunião realizada em 25 de agosto de 2016 e serão divulgadas, no endereço eletrônico www.original.com.br.

3. Principais Práticas Contábeis

As principais práticas contábeis são assim resumidas:

a) Apuração do Resultado

As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para as de natureza financeira, incluindo os efeitos das variações monetárias e cambiais computados sobre ativos e passivos indexados.

b) Ativos e Passivos Circulantes e a Longo Prazo

São demonstrados pelos valores de realização e/ou exigibilidade, incluindo os rendimentos, encargos e variações monetárias ou cambiais auferidos e/ou incorridos até a data do balanço, calculados "pro rata" dia e, quando aplicável, o efeito dos ajustes para ajustar o custo de ativos ao seu valor de mercado ou de realização.

Os saldos realizáveis e exigíveis em até 12 meses são classificados no ativo e passivo circulantes, respectivamente. Os títulos classificados como títulos para negociação independentemente da sua data de vencimento, estão classificados integralmente no curto prazo, conforme estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

c) Apresentação das Demonstrações dos Fluxos de Caixa

As demonstrações dos fluxos de caixa são preparadas pelo método indireto, conforme premissas estabelecidas no CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 3.604/2008.

d) Caixa e Equivalentes de Caixa

São representados por disponibilidades em moeda nacional e estrangeira e aplicações interfinanceiras, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo. Em 30 de junho de 2016 e 2015, os valores são compostos conforme Nota 4.

e) Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

As aplicações Interfinanceiras de Liquidez são registradas pelo valor de aplicação ou aquisição acrescidos dos rendimentos auferidos até a data do balanço e ajustadas por provisão para perda, quando aplicável.

f) Títulos e Valores Mobiliários

De acordo com a Circular BACEN nº 3.068/2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme intenção da Administração, atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- **Títulos para negociação** - Adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos e ajustados ao valor de mercado, com os ganhos e perdas não realizados reconhecidos no resultado. Conforme Circular nº 3.068/2011 os títulos são registrados no Ativo Circulante independente de sua data de vencimento.
- **Títulos disponíveis para venda** - Adquiridos com o propósito de não serem frequentemente negociados. São contabilizados pelo custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado, e ajustados pelo valor de mercado. Os ganhos e perdas não realizados, líquidos dos efeitos tributários, decorrentes das variações no valor de mercado são reconhecidos em conta destacada do patrimônio líquido sob o título de "Ajustes de avaliação patrimonial", e esses ganhos e perdas, quando realizados, serão reconhecidos na data de negociação na demonstração do resultado, em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido; e
- **Títulos mantidos até o vencimento** - Adquiridos com a intenção e a capacidade financeira para serem mantidos até o vencimento. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, os quais são reconhecidos no resultado.

Em 30 de junho de 2016 não haviam títulos mantidos até o vencimento.

g) Instrumentos Financeiros Derivativos (Ativos e Passivos)

Os instrumentos financeiros derivativos que o Banco opera não atendem os critérios de "hedge" contábil estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.082/2002 e são utilizados para administrar a exposição global de risco e às necessidades de clientes.

Os derivativos são contabilizados pelo valor de mercado, com as valorizações e desvalorizações reconhecidas diretamente no resultado.

h) Operações de Crédito e Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo).

As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

As operações classificadas como nível "H" permanecem nessa classificação por 180 dias, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas, por cinco anos, em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial.

As operações de cessão de créditos, classificadas como "operações com transferência substancial dos riscos e benefícios", devem ser baixadas do título contábil utilizado para registro da operação original e o resultado positivo ou negativo apurado na negociação deve ser apropriado ao resultado do período de forma segregada.

Nas operações classificadas como "operações com retenção substancial dos riscos e benefícios", o ativo financeiro objeto da venda ou da transferência deve permanecer, na sua totalidade, registrado no ativo, os valores recebidos na operação devem ser registrados no ativo tendo como contrapartida passivo referente à obrigação assumida e as receitas e as despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As classificadas como "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com transferência de controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem obedecer ao procedimento das "operações com transferência" e as "operações sem transferência nem retenção substancial dos riscos e benefícios", com retenção do controle do ativo financeiro objeto da negociação, devem permanecer registradas no ativo na proporção do seu envolvimento continuado, que é o valor pelo qual a instituição continua exposta às variações no valor do ativo transferido, o passivo referente à obrigação assumida na operação deve ser reconhecido e o resultado positivo ou negativo apurado, referente à parcela cujos riscos e benefícios foram transferidos, deve ser apropriado proporcionalmente ao resultado do período de forma segregada e as receitas e despesas devem ser apropriadas de forma segregada ao resultado do período, pelo prazo remanescente da operação, no mínimo mensalmente.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas, observado as regras da Resolução nº 2.682/1999 do CMN, exceto quando houver amortização significativa das operações ou quando fatos novos relevantes justificarem a mudança do nível de risco. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas como nível H, e os eventuais ganhos provenientes da renegociação são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos.

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente pela Administração do Conglomerado para cobrir eventuais riscos sobre a carteira de operações de crédito e atende aos critérios estabelecidos pelo Bacen.

O Banco Original adquire créditos, sem coobrigação de empresas não integrantes ao Sistema Financeiro Nacional (SFN). Estas operações são contabilizadas no grupo de contas – Outros Créditos com Características com Concessão de Crédito e seguem os mesmos critérios de contabilização e classificação de risco da carteira de crédito.

i) Outros ativos

Demonstrados ao valor de custo de aquisição ou aplicação acrescido, quando aplicável, dos rendimentos e das variações monetárias auferidos, calculados em base "pro rata" dia, incorridos até a data do balanço.

j) Despesas Antecipadas

São contabilizadas as aplicações de recursos em pagamentos antecipados, cujos direitos de benefícios ou prestação de serviços ocorrerão em períodos futuros e, estão registradas na rubrica "Outros valores e bens".

k) Permanente

Demonstrado pelo valor do custo de aquisição, está sujeito à avaliação do valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores e sua avaliação considera os seguintes aspectos:

k.1) Investimentos em Controladas

Os ajustes dos investimentos em sociedades coligadas e controladas são apurados pelo método de equivalência patrimonial e registrados em resultado de participações em coligadas e controladas.

k.2) Imobilizado de Uso

O ativo imobilizado de uso é demonstrado ao custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas, calculadas pela estimativa de vida útil do bem, sendo: instalações, móveis, equipamentos de uso, sistemas de segurança e comunicações - 10 anos, sistemas de processamento de dados e veículos - 5 anos e benfeitorias em imóveis de terceiros - 10 anos.

k.3) Intangível

Os ativos intangíveis correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive aqueles correspondentes à prestação de serviços de pagamento de salários, proventos, soldos, vencimentos, aposentadorias, pensões e similares.

Os ativos intangíveis são compostos substancialmente por gastos de desenvolvimento do Projeto Digital. A amortização desses gastos não foram iniciadas até 30 de junho de 2016.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

No primeiro semestre de 2016, após a publicação da Resolução nº 4.480, de 25 de abril de 2016, que tem por objetivo a abertura e o encerramento de contas de depósitos por meio eletrônico, o Banco iniciou definitivamente o processo de abertura de conta, dessa forma os ativos do intangível foram transferidos para o imobilizado iniciando assim sua depreciação. Os ativos transferidos, são compostos por softwares, hardware e benfitorias em imóveis de terceiros.

l) Redução ao Valor Recuperável dos Ativos não Financeiros ("Impairment")

É reconhecido como perda o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável, ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxo de caixa substancial, independente de outros ativos ou grupos de ativos.

As perdas com "impairment", quando aplicáveis, são registradas no resultado do exercício em que foram identificadas. Os valores dos ativos não financeiros são revisados periodicamente no mínimo uma vez ao ano, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos. No semestre de 30 de junho de 2016, foi efetuado um estudo e não foram identificados indícios de Impairment.

m) Depósitos, Captações no Mercado Aberto, e Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base "pro rata" dia.

n) Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) (Corrente e Diferido)

A provisão para IRPJ é constituída com base no lucro real, assim entendido como sendo o lucro líquido contábil, ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei, à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 mil no exercício fiscal. A provisão para CSLL é calculada sobre o lucro líquido contábil também ajustado por adições e exclusões determinadas por Lei. As instituições financeiras, durante o ano de 2015, estiveram sujeitas a alíquota de 15% no período de janeiro a agosto e de 20% a partir de setembro, com a entrada em vigor da Lei nº 13.169/15, fruto de conversão da MP nº 675/15. As demais empresas, tiveram sua tributação mantida pela alíquota de 9% durante todo o exercício. Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes, na data das demonstrações financeiras, sendo que os créditos sobre adições temporárias, quando houver, serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos.

Os créditos tributários sobre prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social serão realizados de acordo com a geração de lucros tributáveis, observado o limite de 30% do lucro real do período-base. Tais créditos tributários estão registrados na rubrica "Outros créditos" e foram reconhecidos contabilmente baseados nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

o) Ativos e Passivos Contingentes e Obrigações Legais (Fiscais e Previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) baseiam-se nos critérios definidos no CPC 25, aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/2009 aplicável a partir do exercício de 2010, da seguinte forma:

- **Ativos contingentes** - Não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos;
- **Passivos contingentes** - São apenas divulgados nas demonstrações financeiras porque são obrigações possíveis, visto que ainda há incertezas se a entidade tem uma obrigação que possa conduzir a uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos;
- **Provisões** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras porque são obrigações presentes e é provável que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação; e
- **Obrigações legais (fiscais e previdenciárias)** - São reconhecidas como passivo nas demonstrações financeiras as obrigações derivadas de contratos, legislação ou outra ação da lei em que a entidade não tem outra alternativa senão de liquidar a obrigação.

p) Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

O PIS 0,65% e a COFINS 4% são calculados sob determinadas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir despesas financeiras na determinação da referida base de cálculo. As despesas de PIS e da COFINS são registradas em "despesas tributárias".

q) Outros Passivos

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias até a data do balanço, e nas operações pré-fixadas pelo valor de resgate deduzido das correspondentes despesas a apropriar.

r) Resultado de Exercícios Futuros

Entendam-se como rendas antecipadas (resultado de exercícios futuros) as receitas de exercícios futuros correspondentes a um acréscimo no ativo da entidade que ocorreu antes do cumprimento da obrigação contratual (prestação de serviço), sobre os quais não haja quaisquer perspectivas de exigibilidade e cuja apropriação, como renda efetiva, apenas, da fluência do prazo.

s) Partes Relacionadas

O Banco possui transações com partes relacionadas, as quais são efetuadas a preços e condições de mercado, para operações livres de risco. Essas transações estão demonstradas na Nota 20.

t) Resultado por Ação

É calculado com base na quantidade de ações do capital social integralizado na data das demonstrações financeiras.

u) Dividendos/Juros sobre Capital Próprio (JCP)

A previsão estatutária de distribuição mínima obrigatória de dividendos ou JCP é de quantia não inferior a 25% do lucro líquido ajustado do exercício, conforme permite o Art.202, Parágrafo 3º, Inciso II, da Lei nº 6.404/1976.

No primeiro semestre de 2016 e 2015 não foram deliberados dividendos na forma de JCP.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

v) Avais e Fianças

Os avais e fianças não honrados e prestados pelo Banco, não constituídos por dinheiro, são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos revistos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

As rendas de comissões de avais e fianças prestadas, pertencentes ao período e não recebidas são contabilizadas mensalmente em Comissões por coobrigações a receber, em contrapartida com Rendas de garantias prestadas.

As comissões recebidas antecipadamente contabilizam-se em rendas antecipadas, do grupamento Resultados de Exercícios Futuros, apropriando-se mensalmente, segundo o regime de competência.

As operações de avais e fianças prestadas, honradas e não honradas terão provisionamento atribuído a cada cliente conforme definido pela Resolução CMN nº 2.682/1999.

4. Caixa e Equivalentes de caixa

Composição

Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)

Total

	30/06/2016	30/06/2015
Disponibilidades em moeda nacional e estrangeira	19.437	21.454
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 5)	938.868	534.942
Total	958.305	556.396

5. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

				30/06/2016	30/06/2015
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Aplicações no Mercado Aberto	938.868	-	-	938.868	534.942
Posição Bancada	895.245	-	-	895.245	534.942
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	14.999	-	-	14.999	-
Letras do Tesouro Nacional - LTN	271.499	-	-	271.499	-
Notas do Tesouro Nacional - NTN	608.747	-	-	608.747	534.942
Posição Financiada	43.623	-	-	43.623	-
Letras do Tesouro Nacional - NTN	43.623	-	-	43.623	-
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	-	-	5.207	5.207	6.576
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - POS	-	-	5.207	5.207	4.564
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAF	-	-	-	-	176
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural SUBEX	-	-	-	-	1.633
Certificados de Depósitos Interfinanceiros - CDI - Crédito Rural PRONAMP	-	-	-	-	203
Total	938.868	-	5.207	944.075	541.518
Circulante				938.868	536.954
Longo Prazo				5.207	4.564

As operações compromissadas e os títulos privados encontram-se custodiadas na CETIP - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, e os lastros das operações no Sistema Especial de Liquidação e Custódia (SELIC).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

6. Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos

a) Títulos e Valores Mobiliários

a.1) Classificação por Título, Valor de Mercado e Curva

a.1.1) Títulos para Negociação

	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	30/06/2016	30/06/2015
			Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Privados				
Ações de Companhias Abertas	24.930	15.825	40.755	88.926
Total Carteira Própria	24.930	15.825	40.755	88.926

a.1.2) Títulos Disponíveis para Venda

	Valor de Curva	Ajuste a Mercado - Resultado	30/06/2016	30/06/2015
			Valor Contábil	Valor Contábil
Carteira Própria				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	22.839	174	23.013	157.797
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	49.336	(229)	49.107	47.405
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	134.229	(253)	133.976	55.559
Aplicação em títulos e valores mobiliários no Exterior	350.783	(826)	349.957	426.032
Títulos Privados				
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI	2.819	21	2.840	3.233
Debêntures ⁽²⁾	15.441	609	16.050	-
Total	575.447	(504)	574.943	690.026
Vinculados a compromissos de recompra				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	237.536
Notas do Tesouro Nacional - NTN	50.656	(544)	50.112	10.429
Total	50.656	(544)	50.112	247.965
Vinculados a prestação de garantias				
Títulos Públicos				
Letras do Tesouro Nacional - LTN	51.313	392	51.705	163.081
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	153.774	(820)	152.954	15.301
Total	205.087	(428)	204.659	178.382

a.2) Classificação e Vencimento

	Sem Vencimento	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2016	30/06/2015
				Total	Total
Títulos para Negociação					
Carteira Própria					
Títulos Privados					
Ações de Companhias Abertas	40.755	-	-	40.755	88.926
Total Carteira Própria	40.755	-	-	40.755	88.926
Circulante				40.755	88.926
Longo Prazo				-	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

				30/06/2016	30/06/2015
	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Títulos Disponíveis para Venda					
<u>Carteira Própria</u>					
<u>Títulos Públicos</u>					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	23.013	23.013	157.797
Notas do Tesouro Nacional - NTN F	-	-	49.107	49.107	47.405
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	74.014	9.989	49.973	133.976	55.559
Aplicação em tít. e valores mobiliários no Exterior	349.958	-	-	349.958	426.032
Total Títulos Públicos	423.972	9.989	122.093	556.054	686.793
<u>Títulos Privados</u>					
Certificados de Recebíveis Imobiliários - CRI ⁽¹⁾	-	-	2.840	2.840	3.233
Debêntures ⁽²⁾	-	-	16.050	16.050	-
Total Títulos Privados	-	-	18.890	18.890	3.233
Total Títulos Disponíveis para Venda	423.972	9.989	140.983	574.944	690.026
Circulante				433.961	574.248
Longo Prazo				140.983	115.778
<u>Vinculados a compromissos de recompra</u>					
<u>Títulos Públicos</u>					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	-	-	237.536
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	-	-	50.112	50.112	10.429
Total Títulos Públicos	-	-	50.112	50.112	247.965
Circulante				-	247.965
Longo Prazo				50.112	-
<u>Vinculados a prestação de garantias</u>					
<u>Títulos Públicos</u>					
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	51.704	51.704	163.081
Notas do Tesouro Nacional - NTN B	9.741	43.555	99.658	152.954	15.301
Total Vinculados a prestação de garantias	9.741	43.555	151.362	204.658	178.382
Circulante				53.296	178.382
Longo Prazo				151.362	-

(1) A aplicação em CRI pós-fixado refere-se à aquisição dos Certificados subordinados da primeira emissão da Gaia Securitizadora S.A., 1ª série e 2ª série. Estes papéis são remunerados às taxas de 14,50% a.a. e corrigidos monetariamente pela Taxa Referencial (TR), respectivamente, tendo seu vencimento em dezembro de 2038.

(2) Estas Debêntures são remuneradas 100% do CDI + 4,25% a.a, seu vencimento é em fevereiro de 2019.

Os títulos públicos encontram-se custodiados no SELIC, os títulos privados na CETIP e as ações na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia (CBLIC).

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário.

a.3) Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários

	01/01 a	
	30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Resultado de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	51.044	37.547
Resultado de Títulos de Renda Fixa	23.634	32.436
Resultado de Títulos de Renda Variável	(9.852)	28.957
Resultado de Títulos no Exterior	18.500	19.934
Total	83.326	118.874

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Instrumentos Financeiros Derivativos

O Banco utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de atender às necessidades de clientes, fazer a gestão de risco de mercado às exposições decorrentes dos fatores de risco, tais como taxa pré-fixada, variação de preço de moedas estrangeiras, Ibovespa e de "Commodities", assim como dos cupons de moeda estrangeira, de índices de preços e de outras taxas de juros do mercado doméstico.

Para o semestre findo em 30 de junho de 2016 e 2015, o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos classificados contabilmente como "hedge" nos termos da Circular CMN nº 3082/2002.

A estrutura organizacional e de processos é montada de forma a permitir um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades. A estrutura de gerenciamento de riscos está descrita na Nota 30.

Os instrumentos financeiros derivativos são utilizados para gestão de riscos das carteiras de negociação "trading" e não negociação "banking". Aqueles classificados como "trading" são utilizados visando o gerenciamento das exposições ao risco de mercado das operações de negociação, cuja intenção é a revenda, obtenção de benefícios dos movimentos de preços, ou ainda a realização de arbitragem. Diariamente, estas operações são identificadas, mensuradas, submetidas ao controle de limites e os resultados reportados à Administração.

As metodologias de mensuração e controle para os riscos da carteira de negociação são: o "Var" Paramétrico (Value at Risk), com nível de confiança de 99,9% e intervalos de tempo "holding period" variável, estipulado de acordo com o prazo de liquidação/imunização da carteira; os testes de estresse; e o "stop loss".

Aqueles classificados como "banking" possuem a finalidade de fazer a gestão do risco de mercado das exposições da carteira de não negociação, composta por ativos e passivos das linhas de negócios que não possuem a característica de negociação. Estas operações são controladas por medida de perda estimada baseada em choques históricos nas curvas de juros. A mensuração e o reporte à Administração ocorrem, no mínimo, mensalmente.

A carteira Trading a seguir corresponde ao Conglomerado Financeiro :

Carteira Trading - jun/2016		Value at Risk		jun/15
Fator de Risco	Risco de Variação em:	Média	Fechamento	Fechamento
Pré-fixado	Taxa de Juros pré-fixada	4.436	16.144	2.825
Boi Gordo	Preço do Boi Gordo CEPEA	-	-	4
Moedas Estrangeiras	Variação Cambial	3.932	407	393
Índice Bolsa	Índice de Ações Bolsa	25	28	-
Ação Bovespa	Ação da Bovespa	18.166	15.204	15.464
Exposição com Correlação		25.758	39.338	16.358

Carteira Banking - jun/2016		Teste de Estresse		jun/15
Risco		Média	Fechamento	Fechamento
Risco de Taxa de Juros		32.323	31.822	30.328

b.1) Critérios de Avaliação e Mensuração na Apuração do Valor de Mercado

A determinação dos valores de mercado de tais instrumentos financeiros derivativos é realizada de forma diária e baseada nas cotações divulgadas pelas bolsas especializadas e em alguns casos, quando da inexistência de liquidez ou mesmo de cotações, são utilizadas estimativas de valores presentes e outras técnicas de precificação.

Premissas para determinação de preços de mercado:

- **Futuros e Opções Padronizadas:** cotações em Bolsas;
- **Opções não Padronizadas:** determinadas com modelos de precificação de opções aplicados às variáveis observadas no mercado;
- **"Swaps":** o fluxo de caixa de cada uma de suas partes descontado a valor presente, conforme as correspondentes curvas de juros, obtidas com base nas taxas de juros da BM&FBovespa; e
- **Termo de Moeda:** o valor futuro da operação descontado a valor presente, conforme taxas obtidas na BM&FBovespa ou bolsas de referência.

Os valores diferenciais e ajustes dos instrumentos financeiros derivativos ativos e passivos são registrados em contas patrimoniais, tendo como contrapartida as respectivas contas de resultado. Encontram-se ajustados ao seu valor de mercado e seus valores referenciais "notional" estão registrados em contas de compensação, conforme demonstrados a seguir:

	30/06/2016			30/06/2015		
	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato	Valor de Curva	Valor de Mercado	Valor Referencial do Contrato
NDF						
Posição Ativa						
Pré-Fixado	64.267	69.576	1.044.342	31.644	42.936	2.334.464
Dólar	-	104	496.811	27.886	25.237	287.938
Passivo						
Commodities	(45.136)	(46.302)	(1.044.342)	(29.614)	(8.367)	(2.334.464)
Pré-Fixado	-	-	-	-	-	(4.452)
Dólar	(45.136)	(46.266)	(496.811)	(2.082)	(2.853)	(287.938)
Euro	-	(36)	(547.531)	(27.532)	(5.514)	(2.040.345)
	-	-	-	-	-	(1.729)
Diferencial Líquido	19.131	23.274	-	2.030	34.569	-

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Swap						
Posição Ativa	8.216	10.035	439.407	101.783	97.369	569.188
Pré-Fixado	127	939	41.702	-	-	-
Dólar	1.412	1.579	339.595	101.269	95.984	442.861
CDI	6.677	7.517	58.110	514	1.385	126.327
Passivo	(58.566)	(72.067)	(439.407)	(2.817)	(2.133)	(569.188)
Pré-Fixado	(58.525)	(72.067)	(337.651)	-	-	(436.231)
Dólar	-	-	(60.054)	(2.747)	(1.965)	(121.327)
CDI	(41)	-	(41.702)	(70)	(168)	(11.630)
Diferencial Líquido	(50.350)	(62.032)	-	98.966	95.236	-
Opções						
Posição Ativa	-	-	-	1.956	2.081	19.331.400
Futuro DI	-	-	-	1.956	2.081	19.331.400
Posição Passiva	-	(1.451)	17.500	-	-	-
Futuro Dólar	-	(1.451)	17.500	-	-	-
Diferencial Líquido	-	(1.451)	17.500	1.956	2.081	19.331.400
COE (Certificado de Operação Estruturada)						
Posição Ativa	-	66	3.579	-	-	-
Dólar	-	66	3.579	-	-	-
Posição Passiva	-	(257)	(3.579)	-	-	-
Dólar	-	(257)	(3.579)	-	-	-
Diferencial Líquido	-	(191)	-	-	-	-

(1) Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo.

	30/06/2016			30/06/2015	
	Custo - Valor a Receber/(Pagar)	Ajuste ao Valor de Mercado	Total	Valor Referencial dos Contratos	Valor Referencial dos Contratos
Resumo					
Compra/Venda de NDF - a	19.131	4.143	23.274	1.044.342	2.334.464
Contratos de "Swap" a	(50.349)	(11.683)	(62.032)	439.407	569.188
Contratos de Opções a	(119)	(1.332)	(1.451)	1.450	19.331.400
COE (Certificado de Operação	-	(191)	(191)	3.579	-
Contratos de Mercado Futuro a	-	-	-	-	-
Receber/(Pagar)	-	-	-	-	11.328.175
Total	(31.337)	(9.063)	(40.400)	1.488.778	33.563.227

b.2) Instrumentos Financeiros Derivativos por Vencimento

	30/06/2016			30/06/2015	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Valores a Receber/(Pagar) a Mercado					
Operações NDF a Receber/(Pagar)	21.688	1.583	2	23.273	34.569
Operações "Swap" a Receber/(Pagar)	(63.153)	50	1.071	(62.032)	95.236
Operações Opções a Receber/ (Pagar)	(1.450)	-	-	(1.450)	2.081
COE (Certificado de Operação Estruturada)	-	(181)	(10)	(191)	-
Total	(42.915)	1.452	1.063	(40.400)	131.886

	30/06/2016			30/06/2015	
	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	Total	Total
Valores Referenciais dos Futuros*					
IND	523	-	-	523	-
DI	51.856	335.885	4.723.742	5.111.482	8.576.000
Dólar	760.942	825	-	761.767	2.152.246
DDI	675.168	179.624	175.230	1.030.022	595.625
BGI	-	-	-	-	4.304
Euro	64.143	-	-	64.143	-
Total	1.552.632	516.334	4.898.972	6.967.938	11.328.175

* Referem-se aos valores referenciais nas datas de vencimento.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Os ajustes líquidos a pagar ou a receber referentes a contratos nos mercados futuros de DDI, DI, BGI, Euro, dólar, cupom de dólar e índice de Ibovespa em D+1, no montante de R\$ 641 ativos (30/06/2015 – R\$ 4.681 passivo), foram registrados na rubrica de "Negociação e Intermediação de Valores".

Para as operações com instrumentos financeiros derivativos efetuados junto à BM&FBovespa, foram requeridas margens de garantia em títulos públicos, no montante de R\$ 204.658 (30/06/2015 – R\$ 178.382) este representado por LTN R\$ 51.704 e NTN R\$ 152.954. Os instrumentos financeiros derivativos encontram-se registrados, conforme o caso, na CETIP e na BM&FBovespa.

b.3) Resultado com Instrumentos Financeiros Derivativos

			01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
	Receita	Despesa	Resultado	Resultado
NDF	295.421	(167.592)	127.829	(508.956)
"Swap"	(141)	(73.626)	(73.767)	43.474
Opções	-	-	-	(1.411)
DI	12.390	(31.395)	(19.005)	3.351
DDI	275.586	(35.104)	240.482	71.737
BGI	-	(1.332)	(1.332)	(94)
Moedas	21.412	(199.836)	(178.424)	399.977
Índice	5	(32)	(27)	-
Dólar	-	(8.088)	(8.088)	(472)
Derivativos	39	(42)	(3)	-
Total	604.712	(517.047)	87.665	7.606

7. Relações Interfinanceiras

O saldo da rubrica "Relações interfinanceiras" no montante de R\$ 294 ativa (30/06/2015 - R\$ 661 ativa) é composto por créditos vinculados representados, basicamente, por depósitos efetuados no Bacen para cumprimento das exigibilidades dos compulsórios sobre depósitos à vista, depósitos de poupança e depósitos a prazo e por pagamentos e recebimentos a liquidar, representados por cheques e outros papéis remetidos ao serviço de compensação (posição ativa e passiva).

8. Carteira de Créditos e Outros Créditos com Característica de Operação de Crédito e Provisão para Operações de Créditos de Liquidação Duvidosa

a) Carteira de Créditos - Composição por Produto

	30/06/2016	30/06/2015
Empréstimos e Títulos Descontados	1.273.586	942.137
Adiantamentos a Depositantes	-	81
Empréstimos	1.273.586	758.235
Cédula de Produto Rural (CPR) ⁽¹⁾	375.112	333.942
Capital de Giro	782.432	783.635
Conta Corrente Garantida	104.930	151.504
Empréstimo Consignado	4.871	15.035
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	71	150
Cheque Especial	3.788	11
Empréstimo Rotativo	1.670	1
Outros empréstimos	712	-
Títulos Descontados	108.833	43.062
Financiamentos	867.067	927.526
Cédula de Crédito à Exportação (CCE) ⁽²⁾	867.067	927.526
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	39.586	36.092
Financiamentos Imobiliários	91.322	134.760
Operações de crédito vinculadas a Cessão (Nota 8 f.1)	-	42.101
Adiantamento de Contratos de Câmbio (Nota 9.a)	76.595	90.405
Direitos Creditórios (Nota 9.d)	1.759.147	462.347
Outros créditos	9.300	-
Sub-Total	4.225.436	3.020.652
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(77.799)	(85.735)
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	(15.794)	(4.415)
Total	4.131.843	2.930.502
Circulante	3.445.027	2.271.208
Longo Prazo	686.816	659.294

(1) Representa o compromisso de entrega de produtos rurais, com ou sem garantia cedularmente constituída. Basicamente, o produtor rural a emite e recebe o valor negociado de forma antecipada.

(2) Título emitido por pessoas físicas e jurídicas para operação de financiamento à exportação, produção de bens para exportação, bem como às atividades de apoio e complementação da exportação, tem garantia real e é cedularmente constituída.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Carteira de Créditos por Setor de Atividades

	30/06/2016				30/06/2015
	Parcelas a Vencer até 12 Meses e			Total	Total
	Parcelas Vencidas a partir de 15 dias	Vencidas até 14 dias	Parcelas a Vencer Acima de 360 dias		
Setor Privado					
Rural	107.364	705.680	348.128	1.161.172	1.152.486
Indústria	20.861	618.644	382.160	1.021.665	754.281
Financeiro	-	1.814	-	1.814	83.807
Outros Serviços	40.385	1.794.481	171.979	2.006.845	954.032
Pessoas Físicas	2.179	26.812	4.949	33.940	76.046
Total	170.789	3.147.431	907.216	4.225.436	3.020.652

c) Concentração de Crédito

	Valor	% da Carteira	30/06/2016		30/06/2015	
			Provisões	% das Provisões	Valor	% da Carteira
10 Maiores Devedores	972.154	23%	11.214	12%	663.086	22%
50 Maiores Devedores Seguintes	1.209.641	29%	33.762	36%	1.031.969	34%
100 Maiores Devedores Seguintes	665.238	16%	18.882	20%	630.341	21%
Demais Devedores Seguintes	1.378.403	32%	29.735	32%	695.256	23%
Total	4.225.436	100%	93.593	100%	3.020.652	100%

d) Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa Distribuída pelos Correspondentes Níveis de Risco

A abertura da posição "Curso Normal" e "Curso Anormal" refere-se aos contratos vigentes em 30 de junho de 2016. As provisões constituídas levam em consideração as classificações de "rating" e os percentuais estipulados na Resolução CMN n° 2.682/1999.

Nível de Risco	Carteira de Créditos				30/06/2016
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾		Provisão Requerida
			Anormal ⁽¹⁾	Total	
AA	0,0%	707.247	-	707.247	-
A	0,5%	2.042.580	-	2.042.580	10.213
B	1%	777.903	39.260	817.163	8.171
C	3%	262.883	76.997	339.880	10.196
D	10%	127.104	73.686	200.790	20.079
E	30%	73.519	24.217	97.736	29.321
F	50%	1.586	5.908	7.494	3.747
G	70%	987	1.282	2.269	1.589
H	100%	2.549	7.728	10.277	10.277
Total		3.996.358	229.078	4.225.436	93.593

Nível de Risco	Carteira de Créditos				30/06/2015
	% Provisão Mínima Requerida	Curso Normal ⁽¹⁾	Curso Anormal ⁽¹⁾		Provisão Requerida
			Anormal ⁽¹⁾	Total	
AA	0,0%	108.379	-	108.379	-
A	0,5%	1.312.480	-	1.312.480	6.562
B	1%	1.133.056	13.554	1.146.610	11.466
C	3%	216.471	89.577	306.048	9.182
D	10%	19.808	8.615	28.423	2.842
E	30%	36.279	18.135	54.414	16.324
F	50%	7.203	2.589	9.792	4.896
G	70%	41	52.053	52.094	36.465
H	100%	218	2.194	2.412	2.412
Total		2.833.935	186.717	3.020.652	90.149

(1) Curso normal refere-se a contratos vencidos e contratos com parcelas vencidas até 14 dias e curso anormal à contratos vencidos e vencidos a partir de 15 dias.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

e) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Carteira de Crédito

	30/06/2016	30/06/2015
Saldo Inicial	114.645	32.738
Constituição Líquida de Reversão	30.332	55.883
Baixa para Prejuízo	(67.178)	(2.886)
Saldo Final ⁽¹⁾	77.799	85.735
Circulante	(44.472)	(55.768)
Longo Prazo	(33.327)	(29.967)
Créditos Recuperados ⁽²⁾	23.978	6.991

(1) Inclui provisão para cobrir as eventuais perdas dos avais e fianças honradas e outros créditos.

(2) Registrados como receita da intermediação financeira na rubrica de "Operações de crédito".

e.1) Movimentação de Outras Provisões de Crédito

	30/06/2016	30/06/2015
Saldo Inicial	10.621	4.276
Constituição Líquida de Reversão	5.173	139
Saldo Final	15.794	4.415
Circulante	(15.763)	(4.415)
Longo Prazo	(31)	-

No primeiro semestre de 2016, os créditos renegociados são de R\$ 240.617 (30/06/2015 - R\$ 55.070), e a Provisão de Crédito de Liquidação Duvidosa constituída para esses contratos em 2016 é de R\$ 30.553 (30/06/2015 - 10.234), relativo as operações vencidas e repactuadas. O Saldo apresentado considera como renegociação qualquer acordo ou alteração nos prazos de vencimento e nas condições de pagamento originalmente pactuadas em operações de crédito que tenham apresentado alguma deterioração nas condições de risco. O gerenciamento de risco de crédito está descrito na Nota 29.

e.2) Movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa - Cessão de Créditos

	30/06/2016	30/06/2015
Saldo Inicial	-	11
Constituição Líquida de Reversão	-	(6)
Saldo Final ⁽¹⁾	-	5

(1) A provisão constituída serve para cobrir as eventuais perdas dos créditos cedidos com coobrigação, é calculada, conservadoramente, com base nos mesmos critérios utilizados para a apuração da provisão sobre a carteira própria. Essa provisão está registrada na rubrica "Outras obrigações - Diversas".

f) Cessão de Crédito

f.1) Operações de Venda ou de Transferência de Ativos Financeiros

De acordo com a Resolução nº 3.533/2008 do CMN atualizada com normatizações posteriores, as operações de cessão de crédito com retenção substancial dos riscos e benefícios, passaram a partir de 1º de janeiro de 2012 a permanecer registradas na carteira de crédito. Para as operações de cessão de crédito realizadas até 31 de dezembro de 2011, independente da retenção ou transferência substancial de riscos e benefícios, os ativos financeiros eram baixados do registro da operação original e o resultado apurado na cessão apropriado ao resultado do período.

Com Transferência Substancial de Risco

Os créditos cedidos com transferência substancial dos riscos e benefícios são baixados do ativo e o ganho ou perda reconhecido na data da cessão. Efetuamos a venda da carteira no valor de R\$ 36.747 conforme segue:

	30/06/2016	30/06/2015
Valor da venda carteira ativa ⁽¹⁾	19.505	-
Valor da venda carteira baixada para prejuízo ⁽²⁾	17.242	-
Total da venda ⁽³⁾	36.747	-

(1) Não houve lucro na cessão a venda foi realizada pelo valor contábil da carteira e neste montante não está refletida a eventual reversão da provisão para crédito de liquidação duvidosa.

(2) O montante de R\$ 17.242 foi considerado como recuperação de créditos baixados para prejuízo.

(3) Venda feita com partes relacionadas

Com Retenção Substancial de Risco

O Banco realizou operações de Venda ou Transferência de Ativos financeiros em que ocorreu a retenção substancial dos riscos de crédito dos ativos financeiros transferidos, por meio de cláusulas de coobrigação. Dessa forma, tais créditos permanecem registrados como operações de crédito e um passivo é reconhecido.

O saldo do passivo registrado pelo reconhecimento da obrigação está representado da seguinte forma:

	30/06/2016	30/06/2015
Carteira Cedida com coobrigação	-	41.033
Ganho a ser reconhecido pelo prazo do contrato	-	1.115
Total (Nota 16.b)	-	42.148

O saldo da carteira não baixada do ativo está representado da seguinte forma:

	30/06/2016	30/06/2015
Operações de Crédito Vinculadas à cessão	-	42.101
Total (Nota 8.a)	-	42.101

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

g) Resultado de Operações de Crédito

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	438	15
Rendas de Empréstimos	143.904	113.104
Rendas de Títulos Descontados	38.183	11.008
Rendas de Financiamentos	71.104	185.474
Recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo ⁽¹⁾	23.978	6.991
Resultado com Cessão de Créditos sem Coobrigação	264	-
Despesas com Cessão de Crédito com Coobrigação	(128)	(4.823)
Perdas com Créditos Incobráveis	(1.921)	(2.778)
Total	275.822	308.991

(1) O montante de R\$ 17.242 refere-se a recuperação de crédito baixado para prejuízo pela cessão de crédito Nota 9.f.1

9. Outros Créditos

a) Carteira de Câmbio

Abaixo as posições ativas e passivas de carteira de câmbio:

	30/06/2016	30/06/2015
Ativo		
Adiantamentos em Moeda Nacional Recebidos	(32)	(222)
Direitos sobre Venda de Câmbio	7.228	529
Câmbio Comprado a Liquidar	86.916	90.071
Rendas A Receber De Adiantamentos Concedidos ⁽¹⁾	1.090	663
Total	95.202	91.041
Circulante	95.202	91.041
Passivo		
Câmbio Vendido a Liquidar	(7.113)	524
Obrigações por Compra de Câmbio	(95.627)	89.742
Adiantamento sobre Contrato de Câmbio ⁽¹⁾	75.505	(89.742)
Total	(27.235)	524
Circulante	(27.235)	524

(1) Os valores de Rendas a Receber De Adiantamentos Concedidos no valor de R\$ 1.090 (30/06/2015 - R\$ 663) e de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio de R\$ 75.505 (30/06/2015 - R\$ 89.742) compõe o saldo de R\$ 76.595 (30/06/2015 - R\$ 90.405) divulgado na nota 9.a.

a.1) Resultado de Operações de Câmbio

	30/06/2016	30/06/2015
Rendas de câmbio	83.898	224.988
Despesas de câmbio	(89.633)	(213.721)
Total	(5.735)	11.267

b) Créditos Tributários

Créditos Fiscais Diferidos

	30/06/2016	30/06/2015
Saldo Inicial	220.650	156.476
Constituições	135.779	50.599
Reversões	(101.397)	(30.616)
Saldo Final	255.032	176.459

Débitos Fiscais Diferidos - Nota 16.a

	30/06/2016	30/06/2015
Saldo Inicial	4.133	13.610
Constituições	3.306	78.935
Reversões	(4.133)	(56.227)
Saldo Final	3.306	36.318

b.1) Ativo Fiscal Diferido

Em 30 de junho de 2016 e de 2015, os valores diferidos foram calculados, sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis (Alíquotas IRPJ 25% e CSLL 20% até dezembro de 2018.).

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos - Diversos" e "Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	30/06/2016	30/06/2015
Prejuízo Fiscal	302.544	220.321
Crédito de IRPJ sobre Prejuízo Fiscal - 25%	75.636	55.080
Base Negativa de Contribuição Social	305.992	224.300
Crédito de CSLL sobre Base Negativa - 20% ⁽¹⁾	61.198	33.645
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	79.829	85.735
Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	15.796	4.415
Provisão para Créditos Cedidos com Coobrigação	-	5
Provisão para Contingências Trabalhistas	17.883	20.391
Provisão para Contingências Cíveis	26.090	33.236
Provisão para Despesas Administrativas	27.513	27.076
Provisão PLR - Administradores	11.126	11.188
Provisão para Perda no Valor Recuperável dos Bens não de Uso	18.623	18.899
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	672	9.064
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	(31)	(421)
Ajustes Futuro DI e DDI	429	-
Pis/Cofins diferidos sobre ajuste DI futuro - 4,65%	(20)	-
Perdas em Operações de Crédito	63.930	7.561
Outras Diferenças Temporárias	623	770
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	262.463	217.919
Total de Diferenças Temporárias - CSLL	262.463	217.919
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	65.616	54.480
Créditos Tributários sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20% ⁽¹⁾	52.493	32.688
Ajuste títulos de outros países	826	3.109
Ajustes DI Futuro	429	-
Ajuste positivo ao valor de mercado de títulos disponíveis para venda	672	9.064
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	1.927	12.173
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Crédito de PIS e COFINS Diferidos	90	566
Total do Ativo Fiscal Diferido	255.032	176.459
Circulante	22.000	50.712
Longo Prazo	233.032	125.747

(1) Em 30 de junho de 2015 a alíquota era de 15% com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei nº 13.169 de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos a CSLL foram majorados para refletir a alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018. O efeito dessa majoração foi no montante de R\$ 26.685 na composição do crédito tributário.

b.2) Passivo Fiscal Diferido

	30/06/2016	30/06/2015
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	-	84.610
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação - 4,65%	-	(3.934)
Ajustes Futuro - DI e DDI	6.954	264
PIS/COFINS Diferidos sobre o Ajuste Futuro DI e DDI - 4,65%	(323)	(12)
Total de Diferenças Temporárias - IRPJ	6.631	80.928
Débitos sobre Diferenças Temporárias de IRPJ - 25%	1.658	20.232
Débitos sobre Diferenças Temporárias de CSLL - 20%	1.326	12.139
Ajuste Positivo ao Valor de Mercado dos Títulos para Negociação e Derivativos	6.954	84.610
Ajustes Futuro - DI e DDI	-	264
Base de Cálculo do Ativo Fiscal Diferido de PIS e COFINS	6.954	84.874
Alíquota de PIS/COFINS	4,65%	4,65%
Total do Débito de PIS e COFINS Diferidos	323	3.947
Total do Passivo Fiscal Diferido	3.307	36.318
Circulante	3.307	36.318
Longo Prazo	-	-

b.3) Expectativa de Realização dos Créditos Tributários e Passivo Fiscal Diferido

Ano	30/06/2016			30/06/2015		
	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos	Ativo Fiscal Diferido	Passivo Fiscal Diferido	Valor Líquido dos Impostos Diferidos
2015	-	-	-	50.712	36.318	14.394
2016	22.000	3.307	18.693	33.072	-	33.072
2017	91.350	-	91.350	30.356	-	30.356
2018	88.816	-	88.816	58.043	-	58.043
2019	48.111	-	48.111	2.255	-	2.255
A partir de 2020	1.996	-	1.996	2.021	-	2.021
A partir de 2021	2.759	-	2.759	-	-	-
Total	255.032	3.307	251.725	176.459	36.318	140.141

Em função das diferenças existentes entre os critérios contábeis, fiscais e societários, a expectativa da realização dos créditos tributários não deve ser tomada como indicativo do valor dos lucros líquidos futuros.

Com o advento da conversão da MP nº 675 na Lei 13.169, de 6 de outubro de 2015, os créditos tributários relativos a CSLL foram majorados para refletir a elevação da alíquota de 15% para 20% até dezembro de 2018. O impacto da elevação da alíquota foi de R\$ 26.685 na composição do crédito tributário.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

c) Valor Presente dos Créditos Tributários

O valor presente do ativo fiscal diferido em 30 de junho de 2016, considerando a taxa de captação projetada para os períodos é de R\$ 211.754 (30/06/2015 - R\$ 144.685).

d) Outros Créditos - Diversos

	30/06/2016	30/06/2015
Impostos e Contribuições a Compensar/Recuperar ⁽¹⁾	8.519	11.799
Devedores por Depósitos em Garantia	12.376	10.474
Para Interposição de Recursos Fiscais ⁽²⁾	1.933	1.794
Para Interposição de Recursos Trabalhistas (Nota 18.b.1)	3.886	2.185
Para Interposição de Recursos Cíveis (Nota 18.b.2)	6.557	6.495
Pagamentos a Ressarcir	-	1
Adiantamentos Salariais/Outros	7.101	4.915
Devedores por Compra de Valores e Bens (Nota 8.a)	9.300	-
Valores a Receber de Sociedades Ligadas (Nota 21.c)	-	837
Outros ⁽¹⁾	24.604	241
Total	61.900	28.267
Circulante	55.700	28.267
Longo Prazo	6.200	-

(1) Refere-se a boletos emitidos pelo Banco Original no qual são pagos em outros bancos em D+1. A contra parte deste valor encontra-se na rubrica Outras obrigações diversas nota 17.b.

e) Direitos Creditórios

	30/06/2016	30/06/2015
Direitos Creditórios (Nota 8.a) ⁽¹⁾	1.759.147	462.347
Total	1.759.147	462.347
Circulante	1.578.274	462.347
Longo Prazo	180.873	-

(1) Na rubrica "Títulos e Créditos a Receber com característica de concessão de crédito", está contabilizado o montante de R\$ 1.759.147, que refere-se a compra de direitos de recebíveis, a valores de mercado, com transferência definitiva dos riscos e benefícios, da cadeia produtiva da J&F (Partes Relacionadas). No período de 30 de junho de 2015 R\$ 462.347.

10. Outros Valores e Bens

	30/06/2016	30/06/2015
Bens não de Uso - Imóveis	72.602	74.366
(Provisão para Desvalorização)	(5.883)	(18.899)
Despesas Antecipadas	68.846	9.963
Total	135.565	65.430
Circulante	68.846	9.963
Longo Prazo	66.719	55.467

11. Participações em Coligadas e Controladas

Investimentos	Quantidade de Ações ou Cotas Possuídas		30/06/2016
	Direta ou Indiretamente (Mil)		
	Atividade	Ações Ordinárias e Cotas	Participação
Controladas do Conglomerado			
Original Asset Management Ltda.	Administração de Carteira/ Fundos	3.500.000	99,99%
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda.	Corretora de Seguros	1.000.000	99,90%
Picpay Serviços S.A.	Intermediação	10.000	51%
Original App Ltda	Desenvolvimento/Telemarketing/Prestação de serviços de crédito	149.985	99,99%

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

	Patrimônio Líquido Ajustado	Lucro Líquido/(Prejuízo)	Resultado da Equivalência Patrimonial			
			Valor dos Investimentos		Resultado da Equivalência Patrimonial	
			30/06/2016	30/06/2015	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Controladas do Banco						
Original Asset Management Ltda. ⁽¹⁾	60.326	1.301	60.320	52.423	1.300	1.069
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda. ⁽¹⁾	881	(240)	880	1.061	(240)	61
Picpay Serviços S.A. ⁽²⁾	2.625	(1.007)	8.385	-	(606)	-
Original App Ltda.	3.209	(204)	3.209	-	(204)	-
Total	67.041	(150)	72.794	53.484	250	1.130

(1) Investimento adquirido em dezembro de 2014.

(2) Possui capital não integralizado de R\$ 1.500. Em 29 de abril de 2016 foi feita alteração da denominação social da Miralta Serviços S.A. para Picpay Serviços S.A. O valor do investimento contempla o ágio no montante de R\$ 6.282.

12. Imobilizado de Uso

a) Valor residual imobilizado de uso

	Custo	Depreciação	30/06/2016	30/06/2015
			Residual	Residual
Outras Imobilizações de Uso				
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	33.914	(3.068)	30.846	5.163
Sistemas de Processamento de Dados ⁽¹⁾	975	(640)	335	76.692
Sistemas de Segurança e Comunicações	637.588	(18.921)	618.667	473
Outros	552	(542)	10	39
Total	673.029	(23.171)	649.858	82.367

b) Movimentação imobilizado de uso

	Saldo inicial 31.12.2015	Aquisição	Transferência ⁽¹⁾	Depreciação	Saldo Final 30/06/2016
Outras Imobilizações de Uso					
Instalações, Móveis e Equipamentos de Uso	9.561	5.374	5.509	(838)	19.606
Imóveis de Terceiros	-	-	11.468	(228)	11.240
Sistemas de Processamento de Dados	95.676	20.934	511.459	(9.401)	618.668
Sistemas de Segurança e Comunicações	380	4	-	(51)	333
Outros	26	-	-	(15)	11
Total	105.643	26.312	528.436	(10.533)	649.858

(1) Com o lançamento do Banco Digital e a emissão da Resolução nº 4.480 de 25 de abril de 2016 que tem por objetivo a abertura e o encerramento de contas de depósitos por meio eletrônicos os ativos antes classificados como intangível na fase de desenvolvimento do projeto foram avaliados e reclassificados para o imobilizado em suas respectivas rubricas no montante de R\$ 528.436 e a depreciação gerada foi de R\$ 9.376. (Nota 14.b)

13. Intangível

a) Valor residual

	Custo	30/06/2016	30/06/2015
		Líquido	Líquido
Gastos com Desenvolvimento	48.298	48.298	212.905
Gastos com Consultoria Especializada	-	-	84.276
Total	48.298	48.298	297.181

b) Movimentação do Intangível

	Saldo inicial 31.12.2015	Aquisição	Transferência ⁽¹⁾	Amortização	Saldo Final 30/06/2016
Gastos com Desenvolvimento	321.216	255.518	(395.952)	-	48.298
Gastos com Consultoria Especializada	132.484	-	(132.484)	-	-
Total	453.700	255.518	(528.436)	-	48.298

(1) Nota 13.b

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

14. Captação de Recursos e Obrigações por Repasses

O valor de mercado dos títulos compreende o valor divulgado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA) ou está representado pelas taxas divulgadas pela BM&FBovespa - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ou agentes de mercado, quando necessário.

a) Depósitos

	Sem Vencimento	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2016	30/06/2015
					Total	Total
Depósitos à Vista	52.874	-	-	-	52.874	33.000
Depósitos Interfinanceiros	-	2.035	-	-	2.035	110.106
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	-	358.882	455.351	1.191.348	2.005.581	831.707
Total	52.874	360.917	455.351	1.191.348	2.060.490	974.813
Circulante					869.142	770.656
Longo Prazo					1.191.348	204.157

Em 30 de junho de 2016 os Depósitos a Prazo estão compostos por RDB no montante de R\$ 116.570 (30/06/2015 - R\$ 39.641.133), CDB no montante de R\$ 1.889.011 (30/06/2015- R\$ 629.574) em 30.06.2016 o Banco não possuía saldo em DPGE (30/06/2015 R\$ 162.492).

O Banco realiza operações com Certificado de Depósito Bancário (CDB) com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 92% e 129,50% do CDI, (30/06/2015 - 95% e 118% do CDI); e para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 12,48% a.a. e 19,60 % a.a. (30/06/2015 - 12,49% a.a. e 16,14% a.a.). Para operações de RDB e DPGE com taxas pós-fixadas praticadas de 101% a 109% do CDI (30/06/2015 - 113% e 120% do CDI).

a.1) Despesa de Captação no Mercado

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
	Depósitos Interfinanceiros	(2.178)
Depósitos a Prazo - CDB e DPGE	(113.319)	(40.485)
Captação no Mercado Aberto	(1.871)	(2.146)
LCA	(115.049)	(58.551)
Despesa CDB - FINDUR	(3.994)	-
Despesas de contribuição ao fundo garantidor de crédito - FGC	(3.326)	(2.423)
Despesas de Letras Financeiras	(10.922)	(2.201)
Despesas de Letras Imobiliárias	(24.000)	(9.074)
Despesa com operação estruturada- COE	(38)	-
Total	(274.697)	(120.121)

b) Captações no Mercado Aberto

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2016	30/06/2015
				Total	Total
Carteira Própria	50.001	-	-	50.001	246.341
Títulos Públicos - LTN	50.001	-	-	50.001	246.341
Carteira de Terceiros	43.682	-	-	43.682	-
Títulos Públicos - NTN B	43.682	-	-	43.682	-
Total	93.683	-	-	93.683	246.341
Circulante				93.683	246.341
Longo Prazo				-	-

c) Recursos de Aceites e Emissão de Títulos

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2016	30/06/2015
				Total	Total
Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares					
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	646.494	697.758	365.084	1.709.336	1.161.615
Letras de Crédito do Imobiliária - LCI	174.042	172.855	84.210	431.107	163.403
Letras Financeiras- LF	-	74.268	96.924	171.192	77.376
COE (Captação de operação estruturada)	-	2.838	191	3.029	-
Total	820.536	947.719	546.409	2.314.664	1.402.394
Circulante				1.768.255	1.001.353
Longo Prazo				546.409	401.041

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

O Banco realiza operações LCA, com taxas praticadas em operações pós-fixadas entre 80% e 104% do CDI (30/06/2015 - 86,21% e 104% do CDI). Para as operações pré-fixadas o valor da taxa praticada varia entre 11,55% a.a. e 17,01% (30/06/2015 - 10,91% a.a. e 13,75% a.a.). Para LCI com taxas praticadas em operações pós-fixadas no montante de 87% a 103% do CDI (30/06/2015 - 88% e 103% do CDI). Para LF com taxas praticadas em operações pós-fixadas de 115% a 120% do CDI ou 107,5% a 108,5% do IPCA, (30/06/2015 108% a 120% do CDI ou 120,16% a 127,49% do IPCA).

d) Relações Interdependências

Refere-se ao registro das ordens de pagamento em moeda estrangeiras provenientes do exterior, basicamente, operações de câmbio, a serem cumpridas no País por seu contra valor em moeda nacional no montante de R\$ 6.569 (30/06/2015 - R\$ 1.210).

e) Obrigações por Repasses do País

O Banco possui operações de linhas de financiamento com recursos do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) destinada a cafeicultores, suas cooperativas e as agroindústrias, para utilização em custeio, colheita, estocagem e aquisição de café.

	Até 3 Meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2016	30/06/2015
				Total	Total
Funcafé - FAC	3.675	13.429	-	17.104	18.279
Funcafé - Estocagem	3.094	8.957	-	12.051	6.990
Funcafé - Capital de Giro	3.941	2.625	2.624	9.190	9.584
Total	10.710	25.011	2.624	38.345	34.853
Circulante				35.721	32.615
Longo Prazo				2.624	2.238

As taxas e prazos estão em conformidade com o Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento (MAPA).

f) Despesa de Empréstimos e Repasses

	30/06/2016	30/06/2015
Despesas De Empréstimos No Exterior ⁽¹⁾	22.978	(84.450)
Despesas De Repasses - Outras Instituicoes Oficiais	(1.437)	(486)
Total	21.541	(84.936)

(1) O efeito credor refere-se a variação cambial do semestre.

15. Obrigações por empréstimos

a) Obrigações em moeda estrangeira

	Até 3 meses	De 3 a 12 Meses	Acima de 12 Meses	30/06/2016	30/06/2015
				Total	Total
Obrigações em moedas estrangeiras	50.757	-	-	50.757	29.575
Obrigações para empréstimos no exterior	299.767	-	-	299.767	570.944
Total	350.524	-	-	350.524	600.519
Circulante				350.524	600.519
Longo Prazo				-	-

O Banco Original realiza operações com moedas estrangeiras com taxas praticadas de 2,65% a.a. à 3,12% a.a. As aplicações em TVM no exterior, na sua totalidade, foram dadas em garantia dessa operação. As taxas praticadas para operações empréstimos no exterior é 1,75% a.a.

16. Outras Obrigações

a) Fiscais e Previdenciárias

	30/06/2016	30/06/2015
Impostos e Contribuições sobre Serviços de Terceiros	1.147	827
Impostos e Contribuições sobre Salários	7.257	5.266
I.R. - s/ operações de renda variável	1	-
I.R. - s/ operações de renda fixa	2.177	-
IOF - Capital de Giro	362	-
Outros	1.484	2.795
Provisão para Imposto de Renda	-	9.916
Provisão para Contribuição Social	-	6.130
Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos (Nota 9.b)	3.307	36.318
Total	15.735	61.252
Circulante	15.735	61.252

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b) Outras Obrigações - Diversas

	30/06/2016	30/06/2015
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Trabalhistas (Nota 17.b.1)	17.883	20.391
Provisão para Processos Judiciais e Administrativos - Ações Cíveis (Nota 17.b.2)	26.090	33.236
Provisão para Outros Créditos (Nota 8.e.1)	-	5
Provisão para Pagamentos a Efetuar	68.714	59.275
Despesas de Pessoal	66.135	19.211
Outras Despesas Administrativas	398	54
Outros Pagamentos	2.181	40.011
Consignados	-	690
Recebimentos a Ressarcir Demais Convênios ⁽¹⁾	15.132	14.261
Contas a Pagar de Uso, Consumo e Prestação de Serviços	312	513
Cessões de Crédito a Liquidar ⁽²⁾	837	2.145
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas	1.500	-
Recuperação de Crédito	121	84
Adtos, Comissões, Antecipações a Correspondentes	773	774
Credores Diversos - Exterior/Pais ⁽³⁾	46.634	(432)
Provisão para Fianças	282	-
Cessão de Crédito com Coobrigação	-	42.148
Total	178.278	173.089
Circulante	134.305	119.457
Longo Prazo	43.973	53.632

(1) Valores a pagar para correspondentes bancários.

(2) Refere-se a parcelas de operações de crédito recebidas antecipadamente, relativas a operações de crédito cedidas a outras instituições financeiras (com coobrigação) e a Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (sem coobrigação), a serem repassadas para essas instituições nas respectivas datas estabelecidas nos contratos de cessão.

(3) Refere-se principalmente ao registro de boletos emitidos pelo Banco Original no qual são pagos em outros bancos em D+1. A contra parte deste valor encontra-se na rubrica Outras créditos diversas nota 10.d.

17. Ativos e Passivos Contingentes e Provisões

a) Ativos Contingentes

Os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com êxito provável, quando existentes, são apenas divulgados nas demonstrações financeiras.

b) Provisões e Passivos Contingentes

b.1) Provisão para Processos Trabalhistas

São ações movidas pelos Sindicatos, Associações, Ministério Público do Trabalho e ex-empregados pleiteando direitos trabalhistas devidos. A movimentação das provisões para processos trabalhistas está demonstrada a seguir:

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
	Trabalhistas	Trabalhistas
Saldo Inicial	18.753	20.874
Constituição	5.207	2.367
Atualização Monetária	759	506
Reversão	(6.835)	(3.356)
Saldo Final	17.884	20.391

Para esses processos trabalhistas foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 3.886 (30/06/2015 - R\$ 2.185).

b.2) Provisão para Processos Cíveis

Estas ações são em geral decorrentes de: (1) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários, (2) ações decorrentes de contratos de financiamento, (3) ações de execução, e (4) ações de indenização por perdas e danos.

O Banco contabiliza as provisões para as ações de perda provável de acordo com o prognóstico dos advogados. A movimentação das provisões está representada conforme segue:

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
	Cíveis	Cíveis
Saldo Inicial	33.759	28.594
Constituição	-	4.103
Atualização Monetária	677	539
Reversão	(8.346)	-
Saldo Final	26.090	33.236

Para esses processos foram efetuados depósitos judiciais no montante de R\$ 6.557 (30/06/2015 - R\$ 6.495).

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

b.3) Passivos Contingentes Classificados como Risco de Perda Possível

São processos de natureza trabalhista ou cível classificados, com base na expectativa de perda e conforme o prognóstico dos advogados, como risco de perda possível, não reconhecidos contabilmente, mas divulgados nas notas explicativas das demonstrações financeiras. Em 30 de junho de 2016 e 2015 o Banco possuía os seguintes montantes de passivos contingentes classificados como possíveis:

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Processos Trabalhistas	1.868	4.952
Processos Cíveis	30.977	32.443
Total	32.845	37.395

18. Patrimônio Líquido

a) Capital Social

Em 30 de junho de 2016, o capital social de R\$2.130.001 (30/06/2015 - R\$2.103.451) de domiciliados no País, integralizado é assim representado:

	30/06/2016			30/06/2015		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
De Domiciliados no País	2.053.913	76.088	2.130.001	2.027.362	76.089	2.103.451
Total	2.053.913	76.088	2.130.001	2.027.362	76.089	2.103.451

O Capital social de R\$ 26.550 foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 10 de março de 2016.

b) Ajuste de Avaliação Patrimonial

Refere-se ao valor do ajuste a valor de mercado relativo aos títulos públicos representados por NTN e LTN e títulos emitidos pelo governo - Outros Países no montante de R\$ (1.140), (30/06/2015 R\$ (8.150))

c) JCP e Dividendos

Em 30 de junho de 2016 e 2015 não foram deliberados JCP e Dividendos

c.1) Reserva de Lucros

Em 30 de junho de 2016 e 2015 não houve constituição de reserva de Lucros.

c.2) Reserva Estatutária

Em 30 de junho de 2016 e 2015 não houve constituição de reserva estatutária.

19. Limites Operacionais

Segundo as regras do Banco Central, em linha com as diretrizes do Comitê da Basileia, as instituições financeiras devem manter requerimentos mínimos de Capital compatíveis com os níveis de risco de suas atividades. Conforme cronograma de implantação destas diretrizes no Brasil, a exigência mínima da relação entre Patrimônio de Referência (PR) e o montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) para o Banco Original era de 11% até dezembro de 2015 e 10,5% após esta data.

O índice de Basileia foi calculado com base nas Demonstrações Contábeis consolidadas do Banco Prudencial, nos termos da Resolução 4.280, substituindo o conceito de Banco Financeiro. Em janeiro de 2016, o Banco Central divulgou a Carta Circular 3.748, dispensando as instituições financeiras da remessa do índice de Basileia do Banco Financeiro.

	30/06/2016	30/06/2015
Patrimônio de Referência Nível I	2.069.922	1.987.285
Patrimônio de Referência (Nível I e II)	2.069.922	1.987.285
RWA (Patrimônio de Referência Exigido) ⁽¹⁾	8.754.358	5.690.878
RWA _{CPAD} (Parcela de Risco de Crédito)	5.933.354	4.403.678
RWA _{MPAD} (Parcelas de Risco de Mercado)	2.269.846	788.953
RWA _{OPAD} (Parcela de Risco Operacional)	551.158	498.247
Índice de Basileia III e II	23,6%	34,9%

(1) Para comparação entre a regra antiga e nova deve-se multiplicar as parcelas de RWA por 11%.

Em 2016 e 2015 o Banco Original mostrou-se enquadrado no limite de Capital Regulatório e Patrimônio compatível com o risco da estrutura dos ativos, conforme normas e instruções estabelecidas pelas Resoluções 4.192 e 4.193 de 2013 além de legislação complementar.

O Banco divulga trimestralmente informações referentes à gestão de riscos e requisitos mínimos de patrimônio de referência (PR), de Nível I e Nível II. O relatório com maior detalhamento das premissas, estrutura e metodologias encontra-se, no endereço eletrônico www.original.com.br.

As instituições financeiras estão obrigadas a manter a aplicação de recursos no ativo permanente de acordo com o nível do patrimônio de referência ajustado. Os recursos aplicados no ativo permanente, apurados de forma consolidada, estão limitados a 50% do valor do patrimônio de referência ajustado na forma da regulamentação em vigor. Em junho de 2016 e 2015, o Banco encontra-se enquadrado no referido índice.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

20. Partes Relacionadas

a) Benefícios Pós-Emprego

a.1) Plano de Saúde

O Banco Original é o principal patrocinador do Plano de Saúde utilizado pelos seus empregados (participantes ativos e seus dependentes), administrados pelo Bradesco Saúde cujo objetivo é a manutenção de planos de saúde, programas de assistência a saúde, campanhas de prevenção à doenças e a promoção do bem-estar de seus beneficiários por meio de convênios. Os funcionários demitidos continuarão contando com o plano de saúde durante 6 meses após seu desligamento. O montante custeado para os demitidos até 30 de junho de 2016 é de R\$ 100 (2015 - R\$ 93).

b) Participação Acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 30 de junho de 2016 e 2015:

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		30/06/2016	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações Ltda. (J&F) ⁽¹⁾	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

(1) É uma empresa de investimentos (Holding).

Acionistas	Ações Ordinárias		Ações Preferenciais		30/06/2015	
	Quantidade	(%)	Quantidade	(%)	Quantidade	Total
	(Em Milhares de Ações, Exceto Porcentagens)					
J&F Participações Ltda. (J&F)	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%
Total	518.913.037	100%	18.913.036	100%	537.826.073	100%

c) Transações com Partes Relacionadas

As operações e remuneração de serviços entre as empresas abaixo relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas usuais de mercado, e em condições de comutatividade. Em 30 de junho de 2016 e 2015, os saldos de operações e os resultados obtidos em transações com partes relacionadas estão divulgados de acordo com as normas estabelecidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 05 e pela Resolução CMN nº 3.750/2009, conforme os saldos apresentados abaixo:

	Ativos (Passivos)		Receitas (Despesas)	
	30/06/2016	30/06/2015	30/06/2016	30/06/2015
Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros Derivativos	40.755	88.925	15.825	55.676
JBS S.A. (JBS)	40.755	88.925	15.825	55.676
Valores a Receber de Sociedades Ligadas	-	837	-	-
J&F Participações Ltda.	-	835	-	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	-	2	-	-
Depósito a Vista	(4.314)	(1.615)	-	-
JBS S.A. (JBS)	(147)	(1.527)	-	-
J&F Participações Ltda.	(51)	(70)	-	-
J&F Investimentos S.A.	(1)	(17)	-	-
J&F Floresta Agropecuária	(2)	-	-	-
Original Asset Management Ltda	(5)	-	-	-
Seara Alimentos Ltda	(2.053)	-	-	-
Vigor Alimentos S.A	(190)	-	-	-
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(1.527)	-	-	-
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp, S.A.	(273)	-	-	-
Original APP Ltda	(1)	-	-	-
Eldorado Brasil Celulose AS	(12)	-	-	-
Picpay Serviços Ltda ME	(25)	-	-	-
Promotora (JBS)	(26)	(1)	-	-
Depósito Interfinanceiro	-	(61.175)	1.783	(2.372)
Banco Original do Agronegócio S.A.	-	(61.175)	1.783	(2.372)
Depósito a Prazo	(205.514)	(16.654)	(9.535)	(1.161)
Flora Produtos de Limpeza e Higiene S.A.	(6.595)	(10.317)	(1.435)	(997)
Flora Distribuidora de Produtos de Higiene e Limp, S.A.	(4.396)	-	(956)	-
JBS S.A. (JBS)	(84.350)	-	(161)	-
Original Asset Management Ltda	(17.741)	-	(623)	-
Original Corporate Corretora de Seguros Ltda	(205)	-	(19)	-
ZMF Fundo de Investimento e Participações	-	(677)	-	(3)
Promotora (JBS)	(6.129)	-	(638)	-
J&F Participações Ltda.	(26.918)	-	(1.891)	-
J&F Investimentos S.A.	(29)	(75)	(0)	-
Seara Alimentos Ltda	(33.070)	-	(70)	-
Vigor Alimentos S.A	(23.115)	-	(3.668)	-
Original APP Ltda	(2.897)	(5.491)	(65)	(160)
Outros ⁽¹⁾	(69)	(94)	(9)	(1)

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

Captação no Mercado Aberto	(43.682)	(11.440)	1.272	(444)
Banco Original do Agronegócio S.A.	(43.682)	(11.440)	1.272	(444)
Recursos de Aceites e Emissão de Títulos	-	(1.440)	-	(116)
Henrique Meirelles e Associados	-	(38)	-	(3)
Outros ⁽¹⁾	-	(1.402)	-	(113)
Valores a Pagar de Sociedades Ligadas	(1.500)	-	-	-
Picpay Serviços S.A. ⁽²⁾	(1.500)	-	-	-

(1) Pessoas Físicas Ligadas

(2) Refere-se a capital a integralizar.

21. Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Cobrança e Arrecadações	1.994	667
Tarifas e serviços bancários	15	14
Renda de garantia prestada	2.361	2.267
Prestação de Serviços de Assessoria Financeira	2.710	12.001
Serviço de recebimento e envio de valores	2.980	3.027
Outras	877	263
Total	10.937	18.239

22. Despesas de Pessoal

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Remuneração	(60.764)	(34.461)
Encargos	(18.932)	(9.533)
Benefícios	(7.827)	(4.775)
Outras	(654)	(340)
Total	(88.177)	(49.109)

23. Outras Despesas Administrativas

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Serviços Técnicos Especializados e de Terceiros	(24.733)	(9.871)
Depreciações e Amortizações	(10.485)	(885)
Propaganda e Publicidade ⁽¹⁾	(29.037)	(3.542)
Comunicações	(648)	(327)
Processamento de Dados	(19.952)	(7.007)
Aluguéis	(5.222)	(3.914)
Transportes e Viagens	(3.414)	(1.709)
Serviços de Vigilância e Segurança	(1.609)	(782)
Manutenção e Conservação de Bens	(1.903)	(1.253)
Serviços do Sistema Financeiro ⁽²⁾	(6.500)	(3.687)
Água, Energia e Gás	(813)	(540)
Material	(345)	(304)
Despesas Legais e Jurídicas	(1.165)	(563)
Despesas com registros de títulos e documentos	(1.017)	(281)
Serviços de copa e cozinha	(551)	(357)
Indenizações Judiciais diversas	(507)	(457)
Outras despesas administrativas	(3.738)	(2.432)
Provisão para desvalorização	-	(3.508)
Total	(111.639)	(41.419)

(1) Inclui Publicações das Demonstrações Financeiras.

(2) Refere-se principalmente a despesas com CETIP e Bolsa.

24. Despesas Tributárias

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Despesa com COFINS	(7.971)	(10.268)
Despesa com ISS	(564)	(900)
Despesa com PIS/Pasep	(1.295)	(1.669)
IOF	(12)	(7)
Tributos Estaduais	(120)	(376)
Outras ⁽¹⁾	(580)	(613)
Total	(10.542)	(13.833)

(1) Taxas e outros tributos.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

25. Outras Receitas Operacionais

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Atualização de Depósitos Judiciais	192	469
Atualização de Impostos a Compensar	2.617	951
Recuperação de Encargos e Despesas	566	719
Reversão de Provisões Operacionais	566	450
Reversão de Provisões Trabalhistas	6.835	483
Reversão de Provisões Cíveis	8.346	-
Incentivo Fiscal ⁽¹⁾	21.167	-
Outras receitas operacionais	74	170
Total	40.363	3.242

(1) Trata-se da exclusão referente ao valor aprovado do "Incentivo Tecnológico de 2015 (Lei do BEM)."

26. Outras Despesas Operacionais

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Provisões Operacionais	(6.643)	(4.642)
Trabalhistas	(5.966)	-
Cíveis	(677)	(4.642)
Indenizações trabalhistas	(1.635)	(2.873)
Outras	(2.222)	-
Total	(10.500)	(7.515)

27. Resultado não Operacional

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Lucro na Alienação de Valores e Bens	(248)	-
Ganhos/Perdas de Capital	(317)	-
Outras Receitas/ (Despesas)	-	97
Total	(565)	97

28. Imposto de Renda e Contribuição Social (Corrente e Diferido)

Em 30 de junho de 2016 e 2015, os valores diferidos foram calculados sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões temporariamente não dedutíveis.

Os créditos são registrados por seus valores nominais e serão revertidos conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros, quando os valores contábeis dos ativos e passivos forem realizados ou liquidados e/ou quando lucro tributável for apurado.

O ativo e o passivo fiscal diferido de IRPJ e CSLL estão apresentados nas rubricas "Outros créditos – Diversos" e "Outras obrigações – Fiscais e Previdenciárias", respectivamente.

	01/01 a 30/06/2016	01/01 a 30/06/2015
Resultado antes da Tributação sobre o Lucro e Deduzido as Participações no Resultado e JCP	(37.328)	72.051
Resultado de Participações em Coligadas e Controladas	(321)	(1.130)
Outras Diferenças Permanentes - CSLL	(40.128)	(21.298)
Outras Diferenças Permanentes - IRPJ	(40.121)	(35.571)
Base de cálculo - CSLL	(77.777)	49.623
Base de cálculo - IRPJ	(77.770)	35.350
CSLL - 20%	15.555	(7.443)
IRPJ - 25% Deduzidos dos Incentivos Fiscais	19.443	(8.838)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	34.998	(15.971)
Encargo Líquido de IRPJ e CSLL	34.998	(15.971)

29. Estrutura de Gerenciamento de Riscos

O Banco Original preza por uma estrutura organizacional e de processos que permite um controle independente e assertivo dos diversos riscos incorridos em virtude de suas atividades.

As aprovações e revisões das diretrizes de gestão de risco e de capital, bem como os limites de riscos, são definidos por comitê composto pelo corpo diretivo e técnico da instituição. O Comitê de Diretoria é a autoridade superior nas decisões relacionadas à deliberação, coordenação, avaliação e delegação sobre a alocação de capital e apetite a risco da alta administração do Banco.

Outro pilar da estrutura de gerenciamento de risco é a segregação de atividades entre as áreas de negócios e as áreas de controle, evitando conflitos de interesse e garantindo a independência dos administradores. Por sua vez, os processos operacionais têm como núcleo duas vertentes igualmente relevantes: o envolvimento de todas as áreas quando da implantação e comercialização de um novo produto ou serviço, e a independência da identificação, mensuração e reporte de riscos por estas áreas em processos já implantados.

Os normativos internos que qualificam e regem o ambiente interno de gestão de riscos são divulgados para o quadro de colaboradores e publicados em ambiente eletrônico para consulta.

Em conformidade com a regulamentação do Bacen, o Banco disponibiliza informações acerca de sua estrutura de gerenciamento de riscos publicamente no website: www.original.com.br.

Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado

a. Gerenciamento de Riscos Operacionais

Conforme Resolução CMN nº 3.380/2006, o Banco considera risco operacional a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas, sistemas, ou de eventos externos. Inclui-se ainda o risco associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pelo Banco, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pelo Banco.

A estrutura de risco operacional do Banco visa identificar, avaliar, monitorar, testar, controlar e mitigar os riscos operacionais aos quais a instituição está exposta, além de disseminar internamente a cultura de controle aos demais. Esta estrutura está formalizada em política que define a metodologia, processos e responsabilidades na gestão do risco operacional. A área de Risco Operacional atua de forma corretiva e preventiva evitando novos eventos e reincidência de falhas.

A estrutura conta ainda com um comitê de Risco Operacional, além da participação dos ACIR's – Agentes de Controles Internos e Riscos, colaboradores responsáveis pela gestão do risco operacional em sua própria diretoria, o que reforça o papel individual de cada colaborador no gerenciamento de risco operacional no Banco como um todo.

b. Gerenciamento de Riscos de Mercado

O Risco de Mercado trata das perdas potenciais em razão das oscilações das taxas e cotações de mercado que precificam os instrumentos financeiros pertencentes à carteira do Banco. A gestão de risco de mercado compreende o conjunto de procedimentos que buscam mensurar e controlar as exposições intrínsecas a cada operação. A estrutura de gerenciamento de risco de mercado do Banco tem como base a Resolução nº 3.464/2007 do CMN.

A análise de exposição das carteiras da instituição é pautada em processos realizados pela Diretoria de Riscos em conformidade com as diretrizes definidas pela Diretoria da instituição e formalizadas na Política de Risco de Mercado, documento interno aprovado e revisado pelo Comitê de Diretoria.

As estratégias de risco são definidas pela alta administração da instituição e incorporam o planejamento estratégico das áreas de negócios.

Os limites e níveis de alertas devem ser revisados no mínimo anualmente pela Alta Administração. São observados os seguintes limites: "VaR (Value at Risk)", Testes de Estresse, "Stop Loss" e Análise de sensibilidade.

c. Gerenciamento de Riscos de Liquidez

A relevância que a Diretoria da Instituição tem em relação ao gerenciamento de risco de liquidez é norteada pela Política de Risco de Liquidez, documento aprovado e revisado anualmente pelo Comitê de Diretoria. Esta política segue as diretrizes da Resolução CMN nº 4.090/2012, assim como as melhores práticas propostas pelo Comitê de Basileia.

A área de riscos é responsável por monitorar, controlar, analisar e reportar os possíveis descasamentos de fluxos de caixa ou oscilações de mercado que comprometam a solvência da instituição. Estas informações são encaminhadas para as áreas de negócio e para a Diretoria do Banco e suportam o planejamento de liquidez da Instituição.

As principais variáveis utilizadas pelo Banco para a análise são: Disponibilidade de Caixa, Nível de Caixa Mínimo e a Projeção do Fluxo de Caixa.

d. Gerenciamento de Riscos de Crédito

Conforme a Resolução CMN nº 3.721/2009, risco de crédito pode ser considerado como a expectativa de perda financeira decorrente da deterioração da capacidade de pagamento das obrigações creditícias das contrapartes do banco, gerada por mudanças inesperadas na saúde financeira de um tomador de crédito, de alterações da conjuntura financeira particular ou inversões de cenários macroeconômicos em sentido amplo

A Diretoria do Banco Original é responsável pela aprovação e revisão das métricas de risco, assim como a política de risco de crédito. Neste contexto governacional, é função da área de Riscos monitorar, analisar e gerar indicadores, controlando a exposição ao risco de crédito da Instituição, de forma independente das áreas de negócios, reportando a alta administração possíveis desvios, ademais de estipular as reservas financeiras prudenciais necessárias.

30. Outras Informações

a. Garantias Prestadas

Em 30 de junho de 2016, os avais, fianças e créditos para importação concedidos a terceiros pelo Conglomerado, mediante comissão, montam em R\$ 215.649 (30/06/2015 - R\$ 286.074), que estão sujeitos a encargos financeiros e contra garantias dadas pelos beneficiários. Em 30 de junho de 2016 não há saldo de cobrança em cessões de créditos (30/06/2015 - R\$ 154), pelas taxas das cessões. Para as fianças e avais prestados foi constituída provisão no montante de R\$ 282 (30/06/2015 - R\$ 1.226).

b. Seguros

O Banco possui seguro prestamista para cobertura de riscos de morte ou invalidez permanente total por acidentes dos clientes que possuem operações de crédito consignado mediante canal que o Banco mantém com o Ministério do Exército. Em 30 de junho de 2016, a carteira coberta por seguro atinge o montante de R\$ 322 (30/06/2015 - R\$ 3.515), referente a carteira própria e carteira cedida, e as despesas apropriadas no período atingem o montante de R\$ 9 (30/06/2015 - R\$ 61). A Administração do Banco considera que a cobertura apresenta montante suficiente para cobrir eventuais perdas com estas operações.

c. Plano de Aposentadoria e Pensões

O Banco não tem compromisso para patrocínio de plano de aposentadoria para assegurar benefício complementar aos da previdência social em proveito de seus empregados e administradores de forma que não se aplica ao Banco as exigências dispostas na Deliberação CVM nº 600/2009.

d. Compromissos assumidos por captações junto a instituições financeiras internacionais

O Banco é tomador de empréstimo de curto prazo junto as instituições financeiras internacionais, cujos contratos exigem manutenção de índices financeiros (financial covenants). Os índices financeiros são calculados com base nas informações contábeis, elaboradas com a observância com a legislação brasileira e normas do BACEN. Em 30 de junho de 2016, o Banco atende todos os índices financeiros.

O Comitê de Auditoria do Banco Original S.A (Banco) tem como principais atribuições supervisionar os processos de controles internos e de gerenciamento de riscos do Banco, bem como os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias independente e interna e avaliar a qualidade e integridade das demonstrações financeiras.

O Comitê de Auditoria do Conglomerado Original é um órgão composto exclusivamente por membros externos, reforçando a independência do Comitê e a ausência de conflito de interesses de seus membros, alinhado às melhores práticas de Governança Corporativa.

Para o cumprimento de suas atribuições, as avaliações e recomendações do Comitê baseiam-se em informações recebidas da Administração do Banco, incluídos os gestores de riscos, a auditoria interna, e a auditoria independente.

Estabeleceram-se canais de comunicação eficientes entre os membros do Comitê e os órgãos da Administração do Banco, de modo que as solicitações de informações dos componentes do Colegiado são atendidas rápida e substancialmente pelos administradores e funcionários das instituições.

A Administração do Banco é responsável pela elaboração das demonstrações financeiras e pelos critérios e procedimentos utilizados nos processos geradores das informações e, portanto, é a garantidora de sua qualidade.

A Auditoria Interna é diretamente subordinada ao Comitê e indiretamente ao Presidente. Atua de forma objetiva e independente e adota metodologia própria, fundamentada nas melhores práticas da profissão. A metodologia estabelece a abordagem de avaliação por processos, com a frequência dos trabalhos determinada pelos riscos dos processos avaliados. A Auditoria Interna provê os Acionistas, a Presidência, a Diretoria Executiva e o Comitê de Auditoria com avaliações independentes, imparciais e tempestivas, para auxiliar a organização a realizar seus objetivos a partir da avaliação e melhoria dos processos de gerenciamento de riscos, controles, governança e do cumprimento de normas e regulamentos associados às operações do Banco.

A KPMG Auditores Independentes, empresa responsável pela auditoria das demonstrações financeiras, deve assegurar que elas apresentem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco, e que foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

O Comitê reuniu-se com a empresa de auditoria independente e com o responsável pela auditoria interna, bem como com gestores de riscos, com o intuito de discutir pontos de gerenciamento de riscos, o planejamento e os trabalhos da auditoria interna, a adequação do escopo e dos procedimentos da auditoria independente, além de analisar as demonstrações financeiras de 30.06.2016.

O Comitê de Auditoria emitiu 04 recomendações ao longo do primeiro semestre de 2016. As recomendações foram classificadas em de implantação necessária (1) e de implantação desejável (3). Todas as recomendações foram aceitas.

O Comitê, com base nas informações recebidas, considera que a abrangência e profundidade dos trabalhos das auditorias independente e interna foram satisfatórias frente aos objetivos propostos, que as demonstrações financeiras de 30.06.2016 do Banco foi elaborada de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, e que os aprimoramentos nos processos de gestão e controle de riscos os tornam adequados à complexidade dos negócios e ao perfil de risco do Banco.

Com base nas informações recebidas, o Comitê de Auditoria registra como positivos os esforços que vêm sendo desenvolvidos com vistas a garantir a efetividade dos sistemas de controle interno e de gerenciamento de riscos do Banco.

O Comitê de Auditoria, ponderadas devidamente suas responsabilidades e as limitações naturais decorrentes do escopo da sua atuação, recomenda à Administração do Banco a aprovação das demonstrações financeiras auditadas relativas ao semestre findo em 30.06.2016.

São Paulo, 23 de agosto de 2016.

Comitê de Auditoria
Marcelo Habice da Motta
Miguel Burgos Neto